

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA  
DO ANO DE 2019  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

**REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2019**

**NO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA**

**DE**

**BRAGANÇA**

## SIGLAS

<b>AM</b>	Assembleia Municipal
<b>AMB</b>	Assembleia Municipal de Bragança
<b>BE</b>	Bloco de Esquerda
<b>CDU</b>	Coligação Democrática Unitária
<b>CDS/PP</b>	Centro Democrático Social/Partido Popular
<b>CM</b>	Câmara Municipal
<b>CMB</b>	Câmara Municipal de Bragança
<b>PAOD</b>	Período de Antes da Ordem do Dia
<b>PJF</b>	Presidente de Junta de Freguesia
<b>POD</b>	Período da Ordem do Dia
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata
<b>PUF</b>	Presidente da União de freguesias

**Segunda Sessão Ordinária/2019 da Assembleia Municipal de Bragança, realizada no dia 29 de abril, no Auditório Paulo Quintela de Bragança.**

<b>SUMÁRIO</b>	<b>Pág.</b>
Quórum – Primeira Sessão Ordinária – 28 de fevereiro 2018	8,89
Expediente	8
Suspensão de mandato	10
Instalação	10
Membros que solicitaram a substituição	10
Membros suplentes convocados	10
Moção – “Pelo Direito ao transporte público mais barato e acessível”	15,19
Proposta de Recomendação- “O Cuidador”	11
Proposta de Recomendação – “Combate às alterações climáticas”	20,22
Presenças e faltas	121

<b>ORDEM DE TRABALHOS</b>	<b>Pág.</b>
<b>1 – ATA:</b> Leitura, discussão e votação da ata da primeira sessão ordinária/2019, realizada no dia 28 de fevereiro.	11
<b>2 - PÚBLICO</b> – Período de Intervenção.	11
<b>3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.</b>	11
<b>4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:</b>	26

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara o sobre o Estado e Vida do Município.	26
4.2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	67
4.2.1 – Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2018 e Proposta de Aplicação de Resultados;	67
4.2.2- Proposta da Sexta Modificação – Segunda Revisão ao Orçamento Municipal da Receita; Segunda Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa e Segunda Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2019;	91
4.2.3 – Apoios às Juntas de Freguesia: Coelhooso, Serapicos e UF de S. Julião e Deilão;	94
4.2.4 – Apoios às Juntas de Freguesia: Sortes, Rabal, Castro de Avelãs, Macedo do Mato, Espinhosela, Nogueira e Gostei;	100
4.2.5 – Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a respetiva Avaliação a 31 de dezembro de 2018;	106
4.2.6 – Proposta de Protocolo de Cooperação entre a Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa (ACBRM) e os seis Municípios do Solar da Raça Bovina Mirandesa, para realização do Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa para os anos de 2019 a 2024.	110
<b>4.3 – Discussão e tomada de conhecimento das seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:</b>	117
4.3.1 – Certificação Legal e Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as Contas do ano de 2018;	117
4.3.2 – Auditoria externa às contas do Município de Bragança – Relatório do auditor externo sobre a situação económica e financeira relativa ao 2.º semestre de 2018;	119
4.3.3 - Isenções totais ou parciais relativamente a impostos e a outros tributos próprios (n.º 2, art.º 16.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09) no âmbito	120

da autorização genérica conforme deliberação da Assembleia Municipal em sessão de 15 de dezembro de 2017.	
---	--

### **INTERVENÇÕES:**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
António Anes	61,97
António Baptista	99
António Malhão	13,98
Catarina Assis	20
Dinis Costa	11,98
Fátima Bento	15,18,62
Fátima Renovato	60,66
Júlio de Carvalho	15
Idalina Brito	62
Isabel Lopes	58
Isabel Ribeiro	89
Luís Afonso	63
Luís Fernandes	61
Manuel Gonçalves	116
Presidente da Câmara	14,18,21,39,57,65,66,75,88,99,106,116
Presidente da Assembleia	19, 22
Primeiro Secretário	65
Rui Pires	23

### **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
António Malhão	17,56,87
Dinis Costa	17,116
Idalina Brito	55
Fátima Bento	55,116
Fátima Renovato	56
Luís Dias	87
Nuno Diz	87

## **DECLARAÇÕES DE VOTO**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Dinis Costa	14,90,100
Fátima Bento	91,99,110

Aos vinte e nove dias do mês de abril, realizou-se, no Auditório Paulo Quintela, a Segunda Sessão Ordinária do ano de 2019, desta Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e trinta e sete minutos, e fim às quinze horas e cinquenta minutos, na qual participaram setenta e seis membros, dos setenta e nove que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- ATA: Leitura, discussão e votação da ata da primeira sessão ordinária/2019, realizada no dia 28 de fevereiro.

2- PÚBLICO – Período de Intervenção.

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

4.2 - Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.2.1 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2018 e Proposta de Aplicação de Resultados;

4.2.2 - Proposta da Sexta Modificação – Segunda Revisão ao Orçamento Municipal da Receita; Segunda Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa e Segunda Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2019;

4.2.3 - Apoios às Juntas de Freguesia: Coelhooso, Serapicos e UF de S. Julião e Deilão;

4.2.4 - Apoios às Juntas de Freguesia: Sortes, Rabal, Castro de Avelãs, Macedo do Mato, Espinhosela, Nogueira e Gosteí;

4.2.5 - Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a respetiva Avaliação a 31 de dezembro de 2018;

4.2.6 - Proposta de Protocolo de Cooperação entre a Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa (ACBRM) e os seis Municípios do Solar da Raça Bovina

Mirandesa, para realização do Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa para os anos de 2019 a 2024.

4.3 - Discussão e tomada de conhecimento das seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.3.1 - Certificação Legal e Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as Contas do ano de 2018;

4.3.2 - Auditoria externa às contas do Município de Bragança – Relatório do auditor externo sobre a situação económica e financeira relativa ao 2.º semestre de 2018;

4.3.3 - Isenções totais ou parciais relativamente a impostos e a outros tributos próprios (n.º 2, art.º 16.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09) no âmbito da autorização genérica conforme deliberação da Assembleia Municipal em sessão de 15 de dezembro de 2017.

**QUÓRUM** – Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos, às nove horas e trinta e sete minutos e foram presentes:

**EXPEDIENTE: Alínea m) do n.º 1 do artigo 29º da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro.**

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE CORRESPONDÊNCIA MAIS RELEVANTE  
ENTRADA, E EMITIDA, NOS SERVIÇOS DE APOIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL,  
DESDE A ÚLTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE, REALIZADA NO DIA  
21/02/2019:**

**ENTRADA**

Data	Remetente	Assunto
06/03	ANAM-Associação Nacional de Assembleias Municipais	Regulamento sobre a atribuição de prémios pela ANAM.
12/03	Centro de Estudos Sociais – Lisboa	Solicita divulgação, pelos grupos municipais, do curso de formação avançada “Eleições em Portugal – Aspetos fundamentais”
18/03	Fátima Bento (CDU)	Solicita esclarecimentos sobre a leitura dos contadores da água.
19/03	José Francisco Oliveira Carvalhido Amaro	Pedido de alteração de denominação do Aeródromo Municipal.
19/03	Grupo Parlamentar “Os Verdes”	Projeto Resolução – Diligenciar para erradicar o uso de glifosato.
19/03	AEDREL	Questionário - As assembleias municipais e o 25 de Abril.
25/03	Casa Civil do Presidente da República	Acusa a receção da “Moção de Protesto pela não inclusão no Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI) das ligações

		rodoviárias Bragança-Puebla da Sanábria, Bragança-Vinhais e Bragança-Vimioso, e ainda da ligação ferroviária Porto-Zamora e da Transformação do Aeródromo de Bragança em Aeroporto Regional” – Aprovada na sessão da AMB realizada em 28/02/2019.
26/03	Gabinete do Primeiro Ministro	Acusa a receção da moção aprovada na sessão da AMB realizada em 28/02/2019.
27/03	Gabinete do Presidente da Assembleia da República	Acusa a receção da moção aprovada na sessão da AMB realizada em 28/02/2019.
02/04	GNR	Envia o documento apresentado na reunião do Conselho Municipal de Segurança de Bragança, realizada no passado dia 29 de março.
02/04	PSP	Envia o documento apresentado na reunião do Conselho Municipal de Segurança de Bragança, realizada no passado dia 29 de março.
03/04	Presidente da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas	Acusa a receção da moção aprovada na sessão da AMB realizada em 28/02/2019.
03/04	Câmara Municipal de Torre de Moncorvo	Acusa a receção da moção aprovada na sessão da AMB realizada em 28/02/2019.
10/04	Infraestruturas de Portugal	Acusa a receção da moção aprovada na sessão da AMB realizada em 28/02/2019.
10/04	CMB	Envia os esclarecimentos sobre a leitura dos contadores da água.

### EMITIDA

<b>Data</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Assunto</b>
07/03	Várias entidades	Envio da “Moção de Protesto pela não inclusão no Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI) das ligações rodoviárias Bragança-Puebla da Sanábria, Bragança-Vinhais e Bragança-Vimioso, e ainda da ligação ferroviária Porto-Zamora e da Transformação do Aeródromo de Bragança em Aeroporto Regional” – Aprovada na sessão da AMB realizada no dia 28/02/2019.

07/03	CMB	Envio da Proposta de Recomendação, sobre o Festival Literário de Bragança, presente na Sessão da AMB realizada no dia 28/02/2019.
18/03	CMB	Leitura dos contadores da água.
19/03	Líderes municipais	Dá conhecimento do curso de formação avançada “Eleições em Portugal – Aspetos fundamentais”, a solicitação do CES.
19/03	Líderes municipais	Projeto Resolução – Diligenciar para erradicar o uso de glifosato, enviado pelo GP “Os Verdes”.
25/03	AEDREL	Resposta ao questionário – As assembleias municipais e o 25 de Abril.
01/04	ANAM	Envio da candidatura da AMB ao Prémio “Boas Práticas”.
10/04	Fátima Bento (CDU)	Envio dos esclarecimentos solicitados sobre a leitura dos contadores da água.

#### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

#### **MANDATOS – MEMBROS:**

#### **SUSPENSÃO DE MANDATO:**

– Luís Filipe Calvário Costa (CDU) – de 8/04/2019 a 8/05/2019

**INSTALAÇÃO** – Alcino António Afonso Pilão (PSD)

#### **SUBSTITUIÇÕES:**

##### **- de membros efetivos:**

**PSD:** Maria do Amparo Mendes Alves e João dos Santos Cabrita da Encarnação

**PS:** Manuel Pinto Sampaio da Veiga

**CDU** – Luís Filipe Calvário Costa

##### **- de Presidentes de Junta**

Rui Manuel da Costa Gonçalves (Gostei) – Fez-se substituir por Rui Jorge Gonçalves Martins.

## **MEMBROS SUPLENTES CONVOCADOS:**

**PSD:** António Manuel Afonso Pires e Alcino António Afonso Pilão

**PS:** Normando dos Santos Lima

**CDU -** Fátima da Conceição Borges Bento.

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia passou ao ponto 1 da ordem de trabalhos.

## **PONTO 1 - ATA: Leitura, discussão e votação da ata da primeira sessão ordinária/2019, realizada em 28 de fevereiro.**

**Não tendo havido discussão, foi a mesma ata submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria absoluta, com zero votos contra, dois votos de abstenção e quarenta e sete votos a favor, estando, momentaneamente, quarenta e nove membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

## **PONTO 2 – PÚBLICO - PERÍODO DE INTERVENÇÃO.**

Não houve inscrições.

## **PONTO 3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**Fizeram intervenções** os membros Dinis Costa (PS), Júlio de Carvalho (PSD), Fátima Bento (CDU), Catarina Assis (BE) e Rui Pires (PSD)

**Dinis Costa** – Apresentou a seguinte proposta de recomendação:

### **“ Proposta de Recomendação**

Considerando que:

O Cuidador é toda a pessoa que assume como função a assistência a uma outra pessoa que, por razões tipologicamente diferenciadas, foi atingida por uma incapacidade, de grau variável, que não lhe permite cumprir, sem ajuda de outro(s), todos os atos necessários à sua existência, enquanto ser humano.

Os cuidadores informais são pessoas que tratam de outras, prestando-lhe os cuidados inerentes a uma situação – quase sempre irreversível - de doença crónica ou de necessidades especiais.

Prestam os cuidados imprescindíveis a pessoas em situação de vulnerabilidade, de dependência - total ou parcial - e desenvolvem um papel inestimável neste domínio, bem como em outras situações e condições de extrema fragilidade.

A terminologia - cuidadores informais – advém, é bem sabido, do facto destes cuidadores não estarem abrangidos ou integrados pelo sistema nacional de saúde nem pelo sector social no contexto das IPSS's.

Informal, pois, porque ao contrário dos profissionais de saúde, não são remunerados nem, na sua grande maioria, dispõem de formação ou de qualquer um percurso profissional que os habilite a exercer esta tarefa tão difícil e exigente.

Cuidar de uma pessoa com algum grau de dependência pressupõe ter de enfrentar uma diversidade de dificuldades, tensões e empreender esforçadas tarefas que em muitas circunstâncias estão para lá do que o cuidador pode oferecer por muito abnegado que seja.

O esforço hercúleo empreendido muito para lá das suas capacidades é suscetível de causar exaustão física, psicológica, social e - muitas e muitas vezes -, causar dificuldades económicas e financeiras, tanto do cuidador como da pessoa aos seus cuidados.

Sabendo que cuidar de outra pessoa pode criar tensões e stress que comprometem seriamente a qualidade de vida do cuidador é necessário encontrar formas de apoio a estas pessoas com o intuito de mitigar o impacto na vida de cada uma delas, compensando-as (de alguma forma) mas também prevenindo os impactes sociais e económicos que por esta via podem afetar toda a comunidade.

Portugal é um dos países da União Europeia com maior envelhecimento demográfico, e o concelho de Bragança – pese embora as boas notícias recentes respeitantes aos nascimentos – enfrenta sérios problemas nesse domínio.

O envelhecimento da população associado ao aumento da esperança média de vida, maior número de cuidadores informais exigirá num futuro próximo e mais exigirá de cada um desses cuidadores.

Uma intervenção multidisciplinar, no pleno respeito pela pessoa idosa ou dependente, composta por elementos formais e informais, que leve a uma articulação dos diversos agentes intervenientes no terreno, poderá fazer a diferença para muitas dessas pessoas.

Uma ação concertada que agregue todos os cuidadores é uma resposta fundamental e Bragança pode ser exemplo na criação de uma rede de cuidadores.

O município tem um **Conselho Local de Ação Social** que trabalha este género de problemáticas através da designada **Rede Social**.

Nesse sentido e com vista a ver a presente recomendação acolhida no seio do Conselho Local de Ação Social e melhorar a articulação do trabalho desenvolvido com os diferentes órgãos do município e freguesias, O Grupo Municipal do PS propõe à Assembleia Municipal de que delibere

1. Que a CMB promova a criação de uma **Rede de Cuidadores** do concelho de Bragança.
2. Que esta rede de cuidadores inclua e enquadre os cuidadores formais e informais que de modo informal e isolado já prestam este serviço a muitos familiares, amigos e vizinhos e que seja um estímulo a que muitas outras pessoas assumam este papel;
3. Que esta rede de cuidadores trabalhe a capacitação e literacia dos seus membros para que a sua ação seja mais gratificante e eficaz.
4. Que a Câmara Municipal de Bragança reforce o seu papel dinamizador na articulação entre todos os seus organismos, públicos e privados, que já atuam no apoio a estas pessoas, criando uma verdadeira rede com o objetivo de identificar necessidades, a oferta já existente e a forma de a reforçar e alargar estas respostas.
5. Que a Câmara Municipal de Bragança estimule os serviços municipais, juntas de freguesia e instituições sociais, a realizarem em conjunto um levantamento detalhado da situação de pessoas em condições de dependência com o objetivo

de combater o isolamento e apoiar as pessoas idosas, pessoas com deficiência ou dependentes de terceiros por outras razões.

Assembleia Municipal de Bragança, 29 de Abril de 2019

O Proponente: Grupo Municipal do Partido Socialista na AM de Bragança”

Não houve pedidos de esclarecimento.

**Para intervenção**, usou da palavra o membro **António Malhão (PSD)**, para referir que o Município não tinha capacidade para resolver todos os problemas, e que o concelho de Bragança tinha uma vasta rede de IPSS's, as quais vinham fazendo um trabalho notável no apoio às pessoas idosas.

Aproveitou para valorizar o grande trabalho desenvolvido, naquela área, pelas IPSS's da região, em especial da cidade e do concelho de Bragança.

Referiu que a recomendação não tinha sido articulada com o grupo municipal do PSD, e que, embora concordando com a sua essência, havia aspetos com os quais não concordavam, pelo que, dado tratar-se de uma recomendação, o seu grupo municipal iria abster-se.

Terminou, deixando uma nota de saudação e de parabéns ao membro Jorge Ferreira, pelo seu aniversário.

**O Senhor Presidente da Câmara** usou da palavra para informar que a rede social existente na cidade e nas freguesias, em articulação com a Câmara Municipal, estava a realizar um trabalho notável junto das pessoas mais carenciadas.

Referiu também que no Conselho Local de Ação Social e no Plano Local de Saúde já estava prevista a figura dos “cuidadores informais” e que a CM já estava a fazer trabalho naquela matéria, nomeadamente ao nível da Unidade Móvel de Saúde, conjuntamente com as juntas de freguesia, no levantamento das pessoas de maior vulnerabilidade social no meio rural.

Terminou, dizendo que a proposta de recomendação não propunha nada de novo, seria, apenas, um reforço àquilo que vinha sendo trabalhado.

**De seguida, foi a mesma proposta de recomendação submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria relativa, com zero votos contra, quarenta e um votos de abstenção e catorze votos a favor, estando, momentaneamente, cinquenta e cinco membros presentes.**

**Declaração de voto do membro Dinis Costa (PS)** – “Senhoras e Senhores, a primeira nota é para me congratular, em nome do Grupo Municipal do PS, pelo facto desta moção ter sido aprovada, pese, embora, a abstenção do Grupo do Municipal do PSD.

A segunda nota é para dar referência à conceção democrática, algo esquisita, do Sr. Presidente da Câmara, quando aqui veio dizer que esta proposta não é algo que prejudique, ou que nos prejudique, como se o Grupo Municipal do PS andasse aqui com o papel de prejudicar a Câmara Municipal! A recomendação é dirigida aos órgãos, para prosseguirem o bem comum, nenhuma moção ou recomendação que o Grupo Municipal aqui traga tem como intuito prejudicar quem quer que seja, ainda menos órgãos eleitos democráticos. A nossa função aqui é tentar promover o bem coletivo, através de um contributo, ao qual estamos vinculados como eleitos locais.

Uma terceira nota é para sinalizar que, ao contrário do que o Sr. Presidente aqui veio dizer, o contributo que esta recomendação encerra constitui uma novidade. É, nós temos consciência do papel desenvolvido pelo Conselho que referi, e por rede, mas uma rede de cuidadores informais identificados, no sentido de saber quais são as suas problemáticas e os ajudar, e isso não existe. Espero que, a partir deste momento, a recomendação faça com que exista.”

**Júlio Carvalho** – Referindo-se ao evento realizado no dia 30 de março, que decorreu no Auditório Paulo Quintela de Bragança, sobre o Memorando de Entendimento, conducente à implementação das regiões administrativas em Portugal Continental, no qual estiveram presentes o Sr. Presidente do Conselho Regional do Norte, o Sr. Presidente da Área Metropolitana do Porto, os srs. presidentes das câmaras do norte e os srs. presidentes das comunidades intermunicipais, disse que o mesmo merecia a consideração/consenso da Assembleia, dada a relevância que tinha tido a nível local e nacional.

Referiu-se a alguns dos considerandos constantes no referido memorando, tais como:

- “segundo dados da OCDE, Portugal era, de longe, o país que mais recursos públicos consumia na administração central e menos na local”;

- “ao longo de quase 45 anos de experiência democrática, Portugal vivia uma tendência centralizadora do processo de decisão”.

- “a atual organização administrativa portuguesa não era a adequada ao contexto comunitário”.

Referiu, ainda, que o memorando acordava que se promovesse a implementação das regiões administrativas e propunha que, na próxima legislatura, fosse convocado um referendo de âmbito nacional, para que os portugueses se pronunciassem sobre a implementação de regiões administrativas.

**Fátima Bento** – Apresentou a seguinte moção:

#### **“Moção**

#### ***“Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível”***

A consagração de um programa dirigido à redução tarifária (PART) na Lei do Orçamento do Estado para 2019 constitui um avanço de inegável significado. Não se trata apenas de um passo na garantia ao direito à mobilidade e ao uso do transporte público mas também uma medida de grande alcance e importância para os trabalhadores, e a população em geral, com repercussões diretas nos seus rendimentos.

Preço máximo do passe social intermodal - seja qual for a forma concreta deste título de transporte – de 40 euros no âmbito da comunidade Intermunicipal e de 30 euros nos limites de cada município é um objetivo que se impõe concretizar também no território desta região. A que se deve adicionar o objetivo de assegurar a gratuitidade de uso para menores de 12 anos, a redução em 50% para a população com mais de 65 anos e a implementação do passe família.

A CDU orgulha-se de com a sua intervenção ao longo de anos, a par com a luta dos utentes, ter prosseguido este objetivo em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se lutou pelo alargamento de um título de transporte já existente, o Andante no Porto e o Passe Social Intermodal em Lisboa. Mas como também desde o primeiro momento em que ganhou forma e concretização este objetivo se sublinhou que esta medida deve ser alargada a todo o País. Foi nesse sentido que o PCP interveio na discussão do Orçamento do Estado tendo proposto e feito aprovar um reforço de 21

milhões de euros à verba inicialmente inscrita bem como uma explicitação mais clara da abrangência nacional desta medida.

Considerando estes factos e tendo presente que cabe aos municípios e às comunidades intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a esta medida;

Considerando que para lá das verbas inscritas no PART, que carecem de reforço no futuro próximo, os municípios podem e devem considerar a afetação de meios não só à redução do tarifário como ao alargamento da oferta,

a Assembleia Municipal de Bragança reunida no dia 29 de Abril de 2019, delibera:

1. Incumbir a Câmara Municipal de promover os procedimentos necessários para garantir que no território do seu município e no da Comunidade Intermunicipal o preço máximo do Passe para o uso da rede de transporte público seja respetivamente de 30 e 40 euros;
2. Garantir o seu uso em toda a rede e em todos os operadores, públicos ou privados, de transporte público assegurando ainda que a sua extensão gratuita até aos 12 anos e a redução para a população com mais de 65 anos;
3. Intervir no âmbito da Comunidade Intermunicipal para que as deslocações em linha que envolvam o território de Comunidades contíguas tenham uma redução de preços correspondente à que cumulativamente vigore no território abrangido;
4. Exigir da Câmara Municipal que proceda, no âmbito de cada aplicação do PART e em particular do processo de renovação do concurso para a prestação e serviço público, em articulação com a Comunidade Intermunicipal, ao aumento da oferta disponível;
5. Exigir da Administração Central, e do governo em particular, as medidas que visem: i) consagrar em legislação o regime de redução tarifária agora inscrito em Lei de OE; ii) garantir que o OE para 2020 consolide e amplie os montantes afetos ao PART, quer por via da sua correspondência à anualização da medida, quer por via do reforço real de meios financeiros.

*A proponente – Fátima Bento (Grupo Municipal da CDU)”*

**Solicitaram esclarecimentos** os membros António Malhão (PSD) e Dinis Costa (PS).

**António Malhão** – Referiu que na intervenção que havia proferido na sessão solene do 25 de Abril, tinha aludido à discrepância existente entre os valores do apoio destinado ao litoral, nomeadamente às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, e os destinados às regiões do interior, pelo que o Grupo Municipal do PSD não poderia, agora, ser taxativamente contra esta moção. No entanto, deixou um repto à proponente da moção, no sentido de alterar os pontos para deliberar, retirando os pontos 1,2,3 e 4, ficando, apenas, como ponto único, o ponto 5, a fim de poder contar com o voto favorável do PSD, caso contrário iria votar contra.

**Dinis Costa** – Disse que era uma boa oportunidade para o Sr. Presidente da Câmara prestar esclarecimentos relativamente à implementação do referido Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, a fim de que todos os membros da AM e população em geral, tomassem conhecimento do ponto da situação no tocante à nossa região.

**Para responder ao pedido de esclarecimento** do membro António Malhão, quanto à alteração da moção, a proponente da mesma, **Fátima Bento**, referiu que gostaria de ouvir, primeiro, os esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara, e que, depois, a CDU se pronunciaria.

**Presidente da Câmara** – Perguntou à proponente da moção se tinha medido o impacto financeiro daquilo que estava a propor. Esclareceu que o défice anual do sistema de transportes urbanos de Bragança era de 1.5 milhões de euros, para servir os cidadãos da cidade e do meio rural, sendo que a proposta apresentada iria duplicar, ou triplicar, aquele valor e que o mais lógico seria exigir do Governo a atribuição da mesma verba atribuída à área metropolitana do Porto, a qual recebia 18 vezes mais que os cidadãos da nossa Comunidade Intermunicipal, o que levaria a receber três milhões e quarenta e oito mil euros, em lugar dos cento e setenta mil euros.

Voltou a salientar a diferença substancial da redução dos preços dos passes, para algumas pessoas, em Lisboa e na CIM-TTM, 200% e 15%, respetivamente, reivindicando mais apoio para o PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária).

Terminou, informando que a CM estava a desenvolver um projeto, no sentido da implementação do “transporte a pedido”.

**A proponente da moção, Fátima Bento**, concordou em que ficasse a constar, na moção, apenas o ponto 5. No entanto, frisou que a CDU iria continuar a debater-se para que todos os restantes pontos viessem a ser integrados, pedindo que a CMB, juntamente com a CIM-TTM, exigissem, do Governo, mais verbas para que tal fosse concretizado, tendo em conta a não inviabilização do orçamento.

Terminou, dizendo que presumia que o estudo de impacto fosse realizado pela CM e não pela CDU.

Não houve intervenções.

**De seguida, o Sr. Presidente da Mesa referiu que a proponente aceitava reformular a moção, de acordo com a solicitação feita pelo Grupo Municipal do PSD, mantendo, apenas, o ponto 5.**

#### **Moção com as reformulações:**

##### **“Moção**

##### ***Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível***

A consagração de um programa dirigido à redução tarifária (PART) na Lei do Orçamento do Estado para 2019 constitui um avanço de inegável significado. Não se trata apenas de um passo na garantia ao direito à mobilidade e ao uso do transporte público mas também uma medida de grande alcance e importância para os trabalhadores, e a população em geral, com repercussões diretas nos seus rendimentos.

Preço máximo do passe social intermodal - seja qual for a forma concreta deste título de transporte – de 40 euros no âmbito da comunidade Intermunicipal e de 30 euros nos limites de cada município é um objetivo que se impõe concretizar também no território desta região. A que se deve adicionar o objetivo de assegurar a gratuitidade de uso para menores de 12 anos, a redução em 50% para a população com mais de 65 anos e a implementação do passe família.

A CDU orgulha-se de com a sua intervenção ao longo de anos, a par com a luta dos utentes, ter prosseguido este objetivo em particular nas áreas metropolitanas de

Lisboa e Porto, onde se lutou pelo alargamento de um título de transporte já existente, o Andante no Porto e o Passe Social Intermodal em Lisboa. Mas como também desde o primeiro momento em que ganhou forma e concretização este objetivo se sublinhou que esta medida deve ser alargada a todo o País. Foi nesse sentido que o PCP interveio na discussão do Orçamento do Estado tendo proposto e feito aprovar um reforço de 21 milhões de euros à verba inicialmente inscrita bem como uma explicitação mais clara da abrangência nacional desta medida.

Considerando estes factos e tendo presente que cabe aos municípios e às comunidades intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a esta medida;

Considerando que para lá das verbas inscritas no PART, que carecem de reforço no futuro próximo, os municípios podem e devem considerar a afetação de meios não só à redução do tarifário como ao alargamento da oferta,

a Assembleia Municipal de Bragança reunida no dia 29 de Abril de 2019, delibera:

1. Exigir da Administração Central, e do governo em particular, as medidas que visem: i) consagrar em legislação o regime de redução tarifária agora inscrito em Lei de OE; ii) garantir que o OE para 2020 consolide e amplie os montantes afetos ao PART, quer por via da sua correspondência à anualização da medida, quer por via do reforço real de meios financeiros.

*A proponente – Fátima Bento (Grupo Municipal da CDU)”*

**De seguida, foi a mesma moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, sessenta e cinco membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

**Catarina Assis** – Apresentou a seguinte proposta de recomendação:

**“Recomendação sobre o combate às alterações climáticas**

Um recente trabalho elaborado pelo Instituto Português do Mar e do Ambiente (IPMA) veio tornar público que a temperatura média em cidades como Lisboa, Bragança, Coimbra, Santarém ou Beja está a subir, desde 1950, ao ritmo de 0,2 graus Celsius por

década. Também em cada período de dez anos, a precipitação está a diminuir ao ritmo de 40 milímetros e as secas estão a tornar-se mais frequentes.

Estes e outros estudos confirmam riscos climáticos prováveis e apontam para medidas que deverão ser implementadas no âmbito de planos municipais de adaptação às alterações climáticas. As entidades locais, como os municípios, têm um papel decisivo no combate às alterações climáticas, tendo até em conta que as áreas urbanas (onde vive hoje grande parte da população) são as principais emissoras de gases de efeito de estufa, devido principalmente à conversão e utilização da energia. Um melhor planeamento territorial, a maior eficiência das infraestruturas urbanísticas e mudanças ao nível da mobilidade e do uso dos recursos naturais são imperativos a concretizar na gestão das áreas urbanas.

Para além da elaboração de cartas de zonamento climático local em cada município e da criação duma rede de monitorização climática à escala municipal, a instalação de painéis informativos sobre conforto bioclimático e qualidade do ar e a criação de redes de participação cidadã a partir de certas áreas do território, é também imprescindível a elaboração duma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC). Para alcançar este objetivo, a adesão ao Pacto de Autarcas, criado em 2008 pela U.E. e que congrega hoje mais de 7.000 cidades europeias e 114 municípios portugueses pode ser de grande utilidade, já que na apresentação das respetivas candidaturas é obrigatória a elaboração dum plano de ação, onde terá que constar um diagnóstico do desempenho energético no território concelhio e são identificados os setores que usam mais intensivamente a energia, elementos a ter em conta na preparação duma adequada estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas.

Assim, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária em 29 de Abril de 2019, recomenda ao executivo camarário que:

- 1 - Avalie e decida a adesão do município ao “Pacto de Autarcas” e o seu impacto positivo para a elaboração da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC);
- 2 - Sejam amplamente divulgados pelas escolas e espaços municipais os materiais didáticos e publicações disponíveis para ajudar à compreensão da necessidade de estratégias de adaptação às alterações climáticas.

Os proponentes – António Anes e Catarina Assis (Grupo Municipal do BE)”

Não houve pedidos de esclarecimentos nem intervenções.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para informar que o Município de Bragança vinha sendo um pioneiro na adoção de medidas relativamente às alterações climáticas, pelo que o ponto 1 da recomendação não fazia sentido, dado que o Município já havia aderido ao “Pacto de Autarcas”, cuja estratégia já estava implementada, a nível da Agenda 21. Informou, também, que a CM já havia elaborado o “relatório da sustentabilidade”, relacionado com a mesma temática, o qual seria, em breve, apresentado publicamente, acrescentando que, a nível nacional, e desde o ano 2016, apenas 29 municípios estavam a definir a estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas. Referiu, ainda, do projeto pioneiro sobre o assunto, apenas de seis municípios, a nível nacional, cuja apresentação já tinha ocorrido, no Auditório Paulo Quintela, e que, no dia 16 de maio, estariam, no mesmo Auditório, a apresentar a Calculadora Eletrónica para que cada cidadão, em suas casas, pudesse avaliar aquilo que estava a fazer de bem ou de mal, contribuindo para sua pegada ecológica.

Terminou, dando conta da aquisição, por parte do Município, e a nível dos transportes, de várias viaturas elétricas, estando a aguardar a entrega de dois autocarros de transporte público.

De seguida, **o Sr. Presidente da Assembleia** pediu à proponente da moção a reformulação da proposta de recomendação, no sentido de retirar o ponto 1 dado que o Município já tinha aderido ao “Pacto de Autarcas”.

**A proponente da referida proposta de recomendação, Catarina Assis,** concordou com a retirada o ponto 1, passando o ponto 2 a ponto 1, pelo que a referida proposta passou a ter a seguinte redação:

#### **“Recomendação sobre o combate às alterações climáticas**

Um recente trabalho elaborado pelo Instituto Português do Mar e do Ambiente (IPMA) veio tornar público que a temperatura média em cidades como Lisboa, Bragança, Coimbra, Santarém ou Beja está a subir, desde 1950, ao ritmo de 0,2 graus Celsius por década. Também em cada período de dez anos, a precipitação está a diminuir ao ritmo de 40 milímetros e as secas estão a tornar-se mais frequentes.

Estes e outros estudos confirmam riscos climáticos prováveis e apontam para medidas que deverão ser implementadas no âmbito de planos municipais de adaptação às alterações climáticas. As entidades locais, como os municípios, têm um papel decisivo no combate às alterações climáticas, tendo até em conta que as áreas urbanas (onde vive hoje grande parte da população) são as principais emissoras de gases de efeito de estufa, devido principalmente à conversão e utilização da energia. Um melhor planeamento territorial, a maior eficiência das infraestruturas urbanísticas e mudanças ao nível da mobilidade e do uso dos recursos naturais são imperativos a concretizar na gestão das áreas urbanas.

Para além da elaboração de cartas de zonamento climático local em cada município e da criação duma rede de monitorização climática à escala municipal, a instalação de painéis informativos sobre conforto bioclimático e qualidade do ar e a criação de redes de participação cidadã a partir de certas áreas do território, é também imprescindível a elaboração duma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC). Para alcançar este objetivo, a adesão ao Pacto de Autarcas, criado em 2008 pela U.E. e que congrega hoje mais de 7.000 cidades europeias e 114 municípios portugueses pode ser de grande utilidade, já que na apresentação das respetivas candidaturas é obrigatória a elaboração dum plano de ação, onde terá que constar um diagnóstico do desempenho energético no território concelhio e são identificados os setores que usam mais intensivamente a energia, elementos a ter em conta na preparação duma adequada estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas.

Assim, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária em 29 de Abril de 2019, recomenda ao executivo camarário que:

- 1 - Sejam amplamente divulgados pelas escolas e espaços municipais os materiais didáticos e publicações disponíveis para ajudar à compreensão da necessidade de estratégias de adaptação às alterações climáticas.

Os proponentes – António Anes e Catarina Assis (Grupo Municipal do BE)”

**De seguida, foi a mesma proposta de recomendação submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, sessenta e quatro membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

**Rui Pires** – Proferiu a seguinte intervenção, suportada no documento escrito que a seguir se transcreve:

“A Europa está a construir-se. É uma grande esperança, que só se concretizará se tiver em conta a História: uma Europa sem História seria órfã e pobre. Porque o hoje deriva do ontem, e o amanhã é fruto do passado”. (Goff, 1993: 11)

Dia 26 de maio, eleições europeias, surgem-nos, a nós cidadãos, vários **CAMINHOS PARA UMA EUROPA** – O que de facto almejamos para a Europa!? O que pretendemos ser!? O que queremos que a Europa seja para nós!? *Unidos na Diversidade*, este é o nosso lema, é o nosso elo de fraternidade, de igualdade, da liberdade de todos e de cada um, é não mais que o triunfo das democracias e dos DH, é a pedra angular do nosso templo, que, não tenhamos dúvidas, são de escolhas que esta Europa se forja.

O PSD, da família política do Partido Popular Europeu (PPE), tem como apanágio da ideologia política, não a esquerda, não a direita, mas o centro e o centro direita, valores morais e éticos que são identitários e assentam numa Europa Unida na Diversidade. **“Uma política comum para a natalidade; um programa europeu de luta contra o cancro; uma força europeia de Proteção Civil; um pacote integrado para os jovens e contra a redução de fundos para Portugal”**, são medidas políticas que manifestamente se afastam do plano do Governo, das esquerdas extremistas que o acompanham e o conduzem, a chamada ideologia da *geringonça*.

Esta coligação das esquerdas apresentam-se hoje como uma *Ilíada* trágica para a Europa, para o país e para as regiões. Que digam os transmontanos aqui neste nordeste, esquecidos, melhor dizendo, varridos do mapa de investimento do PS e do seu Governo. Nós somos portugueses, nós somos cidadãos europeus. Nós exigimos respeito!

Diria mais, apresentam-se estas forças governamentais ao eleitorado de forma incauta no pensamento e na ideia, que nos afrontam e confrontam com outros caminhos, os da imperfeição, os da indefinição, ora por serem extremistas, ora por serem demagogas e não correspondentes às realidades vividas e sentidas pelos cidadãos.

São utópicas, não da utopia de Thomas Moore, mas na representação do pensamento e das ações do Sr. Primeiro Ministro António Costa e de Pedro Marques, cabeça de lista às eleições europeias do PS, ex-Secretário de Estado do ex-Primeiro Ministro José Sócrates e ex-Ministro do atual Governo cuja pasta que tutelava era a do Planeamento e das Infraestruturas.

Sem comentários, eu não os consigo fazer ou até esboçar o verbo sobre esse passado que nos atirou para a miséria e vergonha e, no passado mais recente, o Sr. Primeiro Ministro e Pedro Marques aceitaram perder 7% dos fundos enquanto outros países, manifestamente mais ricos que Portugal, tal como a Espanha, a Itália e a Finlândia, subiram 6%, 5% e 6% respetivamente. Como pode isto acontecer!? Certo *mass media* europeu, quando passa imagens fortes e impactantes nas suas emissões televisivas, apenas as legenda por: *no comment!*

São estes políticos que nos querem defender e representar na Europa!? Acreditamos neles!? Eu não, certamente que muitos dos que aqui estão presentes também não, temos de lutar e dizermos que marcamos pela diferença, ora pela responsabilidade democrática e de cidadania, ora pelo sentido de estado, da visão estratégica para o país, do rigor, do trabalho e da dedicação.

Ter capacidade para a negociação dos fundos, ter uma abordagem e uma orientação política estratégica que nos aproxime dos países que fazem parte do “clube Atlântico”, ter o sentido da *práxis* e não do populismo político, certamente nos conduzirão para um futuro mais justo e mais rico, nunca esquecendo as regiões mais desfavorecidas.

Para aqueles que depressa esquecem tudo aquando governam, salientar a entrevista do nosso presidente da Câmara Municipal de Bragança Hernâni Dias ao jornal Expresso no dia 18 deste mês, em que apontou o dedo à governação central que tanto e tanto flagela o interior do país e, em particular, o Nordeste Transmontano.

De facto, e nas palavras do nosso autarca, este governo “(...) prega uma coisa e faz outra (...)”. O Governo está a atirar-nos para o abismo, pois as políticas governamentais atuais e outras não são mais que: “(...) décadas de discursos sobre o interior *que* não conduziram a nenhuma estratégia para a sua valorização”.

É gritante diria, é crime dirão outros. Sim, crime. A exclusão de Bragança do Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é um atentado ao bom senso daqueles que cá vivem e trabalham, daqueles que são excluídos da estratégia do desenvolvimento territorial para os próximos anos ou quiçá de décadas. Quem são aqueles que mais sairão prejudicados!? Não é difícil prever, são os nossos jovens, são

as gerações vindouras. Com o futuro não se brinca, e o PS anda a brincar com esta gente que habita este reino maravilhoso.

Na realidade as democracias europeias vivem hoje de discussões intensas que advêm sobretudo da insegurança, do medo e do desconhecido. No seu último cume de análise, estas deparam-se com dilemas e difusões de ideais e ideias, umas mais vanguardistas, outras mais modernistas, outras até mais ortodoxas, ou seja, o debate infinito das democracias atuais têm assentamento no paradigma da relação direta entre liberdade vs. segurança que tanto Zygmunt Bauman evoca e estuda.

O hoje, dos cidadãos e da Europa, estão sob pressão, em stress, em hipóteses laboratoriais da política, da economia e da sociedade. Esta ordem dos objetos não é ao acaso, mas porque deveria ser assim, ou não, mas nunca poderá ser a da economia sobre as outras duas, ou terá de ser assim e, em última análise, foi sempre assim. Tudo está em rebuliço e em ebulição, tudo está em transformação a velocidades nunca dantes testadas ou deslumbradas, são caminhos, são decisões e nós temos de marcar pela diferença!

CÂNDIDO vive ainda entre nós, não nos esqueçamos, e nós hoje temos a responsabilidade de perseverar pela paz, pela fraternidade, pela prosperidade. A União Europeia tem de necessariamente olhar, não para fora, que terá sempre de o fazer, mas, o caminho é de olhar para o interior, o de nos olharmos ao espelho, pois porventura o futuro será o reflexo daquilo que refletiremos.

Todos cabem nesta Europa, TODOS! Esta União Europeia que, se invocarmos o príncipe dos humanistas, Desidério Erasmo, quando fez um elogio à Europa, já lá vão alguns séculos, é certo, mas esse elogio, na ideia e na loucura, tiveram como pedra angular a construção de sonhos e **UTOPIAS**. Tal como Jean Monet, um dos pais fundadores da União Europeia, cujo sonho ou **UTOPIA** ainda nos move, os europeus de convicção, para a criação de uma Europa Unida, de paz e próspera em todas as dimensões e plenitudes.

São tempos e espaços que se movem, pela globalização, pelo poder, pelo querer ou do descreer. Subsiste, apesar de tudo, uma certeza, como Jean Monet nos refere, “não estamos a coligar Estados, estamos a unir homens”.

Viva a União Europeia, viva Portugal! ”

#### **PONTO 4 - PERIODO DA ORDEM DO DIA:**

## **PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.**

### **“ Estado e Vida do Município**

*Conforme alínea c) do n.º.2 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apresento para apreciação a presente informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 28 de fevereiro de 2019.*

#### **1. Gestão, organização interna e relacionamento com os munícipes**

##### **Finanças do Município**

A execução financeira, reportada ao período de 1 de janeiro a 31 de março de 2019 ascende, na componente das receitas, com inclusão do saldo da gerência anterior, a 32,89% (16.090.790,08€). Em igual período, a despesa foi executada em 13,99% (6.846.824,35€) das dotações corrigidas.

De um modo global as Grandes Opções do Plano atingiram, até 31 de março de 2019, uma execução financeira de 6,68% (1.479.115,90€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos, no montante de 960.425,03€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal, no valor de 518.690,87€.

Desta forma, o Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 4,93% e o Plano de Atividades Municipal, constituído pelas atividades mais relevantes da autarquia, atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 19,57%.

As despesas incluídas nas Grandes Opções do Plano foram principalmente orientadas para as funções gerais, sociais e outras, com um valor de despesa paga de 200.601,25€, de 750.639,42€ e de 415.519,03€, respetivamente.

O passivo da autarquia regista (dados provisórios), em 31 de março de 2019, uma diminuição das dívidas a terceiros no montante de 505.335,00€, ou seja, menos 9% , comparativamente a 31 de dezembro de 2018. A dívida a terceiros, de médio e longo prazos, que apresenta um valor de 2.763.502,00€, engloba os empréstimos bancários e a realização de capital para o Fundo de Apoio Municipal – FAM (53.792€). A componente de curto prazo, no valor de 2.345.845,00€, apresenta uma diminuição de 505.335,00€, ou seja, de menos 18%, comparativamente a 31 de dezembro de 2018.

Importa salientar que integram as dívidas a terceiros de curto prazo, o montante não reconhecido de 169.362,00€ relativo à empresa Águas do Norte, S.A, bem como os credores de cauções (fundos alheios à autarquia, encontrando-se depositados em contas específicas de disponibilidades e passíveis de utilização, para restituição, a qualquer momento) no valor de 1.484.611,00€. Se deduzirmos esses valores à dívida a terceiros de curto prazo registada (2.345.845,00€), a dívida efetiva de curto prazo, do Município de Bragança, ascende a 691.872,00€.

Salienta-se que, a 31 de dezembro de 2018, o Município de Bragança detinha um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 5 dias.

De 2 de janeiro a 8 de abril de 2019, foram agendados apoios financeiros, para deliberação em reunião de câmara, às freguesias, no montante de 161.100,00€ (com posterior submissão à assembleia municipal para decisão) e a instituições sem fins lucrativos, no valor de 357.171,00€.

- Foi finalizada a construção do plano de contas da Contabilidade de Gestão e a decorrer a elaboração do manual de procedimentos com vista à definição da sua operacionalização.

- No âmbito dos trabalhos realizados de encerramento de exercício económico foram elaborados os relatórios e os mapas de execução orçamental e grandes opções do plano (enquadramento e sua evolução); relatório financeiro; análise da situação económica e financeira do município (balanço, demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras); inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação.

### **Relacionamento com os municípios**

O Balcão Único de Atendimento do Município de Bragança, no período compreendido entre o dia 02 de janeiro e o dia 31 de março de 2019, nas suas mais diversas vertentes e serviços, registou um total de 9.745 atendimentos, sendo 4.166 em assuntos diversos e 5.579 em atendimentos para pagamentos, registando uma média diária de 157 atendimentos (em relação ao período homólogo registaram-se mais 606 atendimentos, traduzindo-se num crescimento de 7%). No referido período, o tempo médio de atendimento foi de 9 minutos no atendimento geral e de 6 minutos em pagamentos.

O tempo médio de espera registado foi de 7 minutos para atendimento geral e de 6 minutos para pagamentos.

- Durante três dias (16, 18 e 20 de fevereiro) tiveram lugar as comemorações dos **555 anos de Bragança Cidade**.

No primeiro dia, o programa iniciou no centro histórico, logo pela manhã, onde se deu às atividades desportivas (percurso pedestre e BTT) tendo-se estendido ao longo da tarde com entretenimento para bebés, crianças, jovens e adultos e o envolvimento e participação muito ativa da comunidade brigantina no espetáculo “Viver Bragança, 555 anos de Cidade”.

Já no dia 20 decorreu a Fase Municipal do Concurso Nacional de Leitura, a apresentação da obra “Bragança. Das Origens à Revolução Liberal de 1820” e encerrou com a sessão Solene onde se homenageou, com a atribuição da Medalha de Mérito Municipal, o Superintendente Amândio Correia pelas suas qualidades humanas e profissionais e o Restaurante G, titular de uma Estrela Michelin e gerido pelos irmãos Óscar e António Gonçalves. Seguiu-se, ainda um concerto com a fadista Mafalda Arnauth.

## **2 - Coesão Social**

### **Educação**

- No âmbito das “**Férias com Animação da Páscoa 2019**”, que decorrem de 8 a 22 de abril, o Município de Bragança, deu continuidade às Atividades de Animação e Apoio à Família a todas as crianças dos jardins-de-infância da rede escolar pública da cidade de Bragança, evitando os elevados custos para os agregados familiares e colmatando a reduzida oferta nesta área.

- Enquadrada no Regulamento Municipal de **Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior**, foram atribuídas mais 22 bolsas de estudo (2.<sup>a</sup> fase), representando um investimento de 14.040,00€, tendo sido assinados os contratos-programa no dia 17 de abril.

- Entre os dias 18 e 19 de março, o Município de Bragança acolheu a **Fase Regional do Parlamento dos Jovens 2019**, do Ensino Secundário e Básico, que teve como tema de debate as “Alterações Climáticas”.

O debate parlamentar dos alunos do Ensino Secundário contou com a participação de 45 alunos representantes de nove escolas de seis concelhos do distrito. Do concelho de Bragança participaram as Escolas Secundárias Emídio Garcia e Miguel Torga e

Profissional, Prática e Universal. Após o debate, foram eleitas duas Escolas, entre as quais a Escola Secundária Emídio Garcia.

No Ensino Básico, o debate contou com a presença de 28 alunos de quatro escolas de três concelhos do distrito, entre as quais o Agrupamento de Escolas Emídio Garcia e a Escola Miguel Torga.

Os alunos vencedores de cada categoria irão representar o distrito de Bragança na Assembleia da República, em Lisboa, na Fase Nacional do Parlamento dos Jovens, nos dias 20 e 21 de maio.

### **Saúde**

Foi assinado, pelo Município, novo **protocolo de Cooperação com a ULSNE** no apoio à Unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos da Terra Fria, do qual também fazem parte os municípios de Vinhais e Macedo de Cavaleiros.

Este protocolo visa proporcionar o atendimento integrado e multidisciplinar a doentes que necessitam de cuidados paliativos e o desenvolvimento de projetos nesta área, garantindo uma maior articulação entre os diferentes níveis de cuidados (primários, diferenciados e continuados).

### **Ação Social**

- Nos meses de fevereiro e março, realizaram-se 76 atendimentos sociais, onde se analisaram os diferentes pedidos de apoio, mediante a elaboração de diagnósticos, com consequente encaminhamento e acompanhamento social a indivíduos e famílias.

### **Cultura**

- No dia 02 de março teve lugar o já tradicional “**Carnaval dos Caretos**” que, além do desfile pelas ruas da cidade, de centenas de caretos provenientes de Portugal e de Espanha, este ano contou com um momento inédito que se traduziu numa recriação cénica intitulada “Assalto ao Fumeiro”, dinamizada pela Associação Fisga e pelos Caretos de Salsas. O momento alto aconteceu com a Queima do Diabo que incluiu igualmente um espetáculo com várias personagens.

- A Igreja da Antiga Sé e a Catedral de Bragança integraram, nos dias 9 e 10 de março, o programa “**Rota das Catedrais a Norte - Ciclo de Visitas Orientadas**”, com duas sessões da “Visita Singular” que consistiu num roteiro poético e musical e onde o público

foi desafiado a participar numa visita orientada com principal enfoque nos aspetos mais relevantes do património.

**- Foi assinado, no dia 15 de abril, um contrato de comodato entre o Município e a Bribanda – Banda Filarmónica de Bragança, com vista à cedência dos instrumentos musicais adquiridos no âmbito do Orçamento Participativo 2018, cujo valor ultrapassou os 40 mil euros.**

A assinatura deste contrato antecedeu um concerto da Bribanda e do Coral Brigantino, na Catedral de Bragança, marcando o início das comemorações da Semana Santa. Um momento promovido pelo Município, a Santa Casa da Misericórdia de Bragança, a Diocese Bragança-Miranda e a Unidade Pastoral Senhora das Graças.

- Foi inaugurada, no dia 6 de abril, a **Exposição de Fotografia “BI [Biosfera Integrada]”**, de Pedro Rego, na Casa da Seda do Centro Ciência Viva de Bragança.

Trata-se de uma seleção de imagens, acompanhada por um "bilhete de identidade" da fauna e flora presentes, para consciencializar o visitante, do quanto cada espécie é única e importante na manutenção da biodiversidade.

**Centro de Arte Contemporânea:** No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 30 de março, a **exposição “Casa de Férias”** de Fernanda Fragateiro.

Esta exposição reúne um número significativo e heterogéneo de obras produzidas pela artista nos últimos anos, sublinhando, de modo particular, a natureza integradora, quase cirúrgica, das suas esculturas e instalações no espaço arquitetónico de Souto de Moura, ao mesmo tempo que o reconfiguram e transformam.

- A 09 de março foi inaugurada a **exposição “Olhos Azuis do Mar”** de Graça Morais. O mar, a lota, os pescadores, as gaivotas e os peixes constituem-se como referentes inabituais numa série de trabalhos realizados pela pintora, em 2005.

- Nos meses de fevereiro e março foram realizadas 6 **visitas guiadas/jogo** solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 1.855 pessoas, sendo 1.650 de nacionalidade portuguesa, 96 espanhola e 109 de outras nacionalidades.

- Entre os dias 09 a 12 de abril, decorreu a Oficina Férias da Páscoa 2019, com a participação, em média, de 35 crianças por dia.

**Museu Ibérico da Máscara e do Traje:** Nos meses de fevereiro e março visitaram o museu 1.772 pessoas, sendo 1.323 de nacionalidade portuguesa, 288 espanhola e 161 de outras nacionalidades.

- Neste período foram realizadas 13 visitas solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

- No dia 23 de fevereiro, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje, decorreu a oficina “Na Companhia de Agulhas – Transformação de Vestuário”, onde se reutilizaram tecidos velhos, no sentido de serem aproveitados para construir fatos de careto para adulto ou criança.

- De 06 de abril a 06 de junho está patente uma exposição de Máscaras, do artesão Germano Macedo.

**Teatro Municipal de Bragança:** Nos meses de fevereiro e março realizaram-se 16 espetáculos, com 17 sessões, assistidos por 3.752 espectadores.

- No dia 27 de março, celebrou-se o dia Mundial do Teatro, com a encenação de várias peças de teatro, em diversos espaços da cidade, e a abertura do festival de teatro “Vinte e Sete”.

- O Município de Bragança homenageou, no dia 5 de abril, o Teatro do Bolhão, com o descerrar de placa evocativa no Teatro Municipal, num momento de reconhecimento pela cooperação ativa entre este e o Teatro Municipal de Bragança.

**Biblioteca Municipal:** No período considerado, passaram pela Biblioteca Municipal 5.581 utilizadores distribuídos pela secção de adultos e secção infantil.

Durante este período, deu-se continuidade aos projetos: - “Sábados de Encantar” e “Clube de Leitores”, com duas sessões cada;

- Durante este período foram organizadas as iniciativas “Semana da Leitura 2019” nos dias 11 a 15 de março, onde se desenvolveram diversas atividades, como Sessões de Contos, Casulos de Histórias (em colaboração com o CCVB), palestras, Contos Keres e uma ação de formação para profissionais de mediação de leitura; Fase Municipal do Concurso Nacional de Leitura; Dia Mundial do Teatro;

- Neste equipamento realizaram-se, ainda, a apresentação das seguintes obras literárias e que contaram com o apoio do Município: - “Desperdício Alimentar” de Iva Pires;

“Máscaras Rituais de Portugal” de Roberto Afonso e “Histórias e Narrativas da Tradição Oral Transmontana” de Acácio Pradinhos.

- No âmbito do Dia da Poesia, realizou-se, no dia 21 de março, uma Sessão de Leitura de Poesia, na Secção Infantil da Biblioteca Municipal de Bragança.

Esta Sessão de Leitura destinou-se a pais e filhos (dos 4 aos 9 anos), tratando-se da declamação de poemas da obra do poeta Fernando Pessoa e os seus heterónimos.

**Biblioteca Adriano Moreira:** - Neste período, passaram pela Biblioteca Adriano Moreira 459 utilizadores e consultados 44 documentos. Nos serviços técnicos foram editados 104 registos.

**Centro Cultural Municipal Adriano Moreira – Exposições:** De 08 de fevereiro a 06 de abril esteve presente, na sala Luís de Camões, a exposição “Fragmentos”, de Luísa Alice Bártolo.

- De 15 de fevereiro a 06 de abril, na sala Miguel Cervantes, a exposição “Bienal Internacional de Ilustração Solidária Ajudaris”.

- No dia 12 de abril foram inauguradas as exposições “Percurso 5”, na sala Luís de Camões, e “Cântaros, Cântaras e Cantarinhas – Histórias das Louceiras de Pinela”, na Sala Miguel de Cervantes, que estarão patentes ao público até ao dia 11 de maio.

“Percurso 5” é uma exposição da autoria dos alunos do curso de Artes Visuais do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, numa mostra que pretende expor à comunidade os trabalhos realizados pelos alunos ao longo do ano letivo.

Por sua vez, “Cântaros, Cântaras e Cantarinhas – Histórias das Louceiras de Pinela” pretende representar, através de objetos, fotografia e multimédia, as memórias recolhidas ao longo do tempo das louceiras de Pinela, fazendo parte o processo de candidatura “cantarinhas de Pinela” à classificação como património cultural imaterial.

- Nos meses de fevereiro e março visitaram este espaço 870 pessoas.

**Centro de Fotografia Georges Dussaud:** Está patente, desde o dia 19 de outubro, a exposição “A Norte do Norte”, que retrata a década de 80’ em Trás-os-Montes, da autoria do Georges Dussaud.

- No dia 18 de fevereiro, na sala de exposições temporárias, foi inaugurada a exposição “A Magia de um Lugar – Trás-os-Montes”, da fotógrafa Marion Baldesberger.

- Nos meses de fevereiro e março visitaram o Centro 281 pessoas, sendo 196 de nacionalidade portuguesa, 68 espanhola e 17 de outras nacionalidades.

**Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano:** Nos meses de fevereiro e março visitaram o centro 337 pessoas, sendo 268 de nacionalidade portuguesa, 40 espanhola e 29 de outras nacionalidades.

**Projeções Cinematográficas:** Continuaram as projeções cinematográficas no Auditório Paulo Quintela, com a realização de doze sessões de projeção no mês de fevereiro e 14 no mês de março, assistidas, respetivamente, por 495 e 608 espectadores.

### **Desporto e juventude**

- A 24 de fevereiro, com o apoio do Município, depois de um interregno de nove anos, a aldeia de Gimonde voltou a receber uma **prova de Todo-o-Terreno** em Motas e Quads, com a reedição da Rampa do Guieiro.

- O projeto **Desporto Sénior no Meio Rural**, direcionado para os munícipes com mais de 65 anos, continua a decorrer nas aldeias de Grijó de Parada, São Julião de Palácios, Paçó de Rio Frio, Coelhoso, Gimonde, Quintela de Lampaças, Parada e Gostei.

- Nos meses de fevereiro e de março realizaram-se as **caminhadas rurais** de Quintanilha, Rossas, Parada, Rebordainhos, Donai e Pinela, onde estiveram presentes aproximadamente 600 caminheiros, que percorreram, em média, 13 km por caminhada.

- No dia 30 de março, a Piscina Municipal, recebeu o **Encontro Distrital de Natação do Desporto Escolar** que contou com equipas de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Vinhais, Vila Nova de Foz Côa e Miranda do Douro, num total 150 participantes.

### **Ambiente e sustentabilidade**

- O Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia-Ecopark recebeu, no dia 21 de março, o Seminário “**20+ | Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos**”, onde foi abordada a regulamentação da recolha seletiva de bio resíduos e os custos previstos para as metas do PERSU, não esquecendo o sistema PAYT.

- No âmbito do Plano Operacional Municipal de 2019, foram efetuadas, diversas campanhas de sensibilização para os riscos de incêndios, através dos meios de comunicação internos do Município (facebook e pagina web), produção de flyers e cartazes e ainda ações conjuntas com as Juntas e Uniões de Freguesia.

Ainda no sentido de dar cumprimento às disposições legais de prevenção de incêndios, foi efetuada limpeza do perímetro do Aeródromo Municipal perfazendo uma área aproximada de 20.000m<sup>2</sup>, assim como da área envolvente à ETA de Bragança, com uma faixa de 50m na área envolvente do edifício.

- Encontram-se em execução as seguintes empreitadas: - execução de um “Depósito novo e ligação do furo em Sendas”, cujo valor de adjudicação foi de 72.645,00€ +IVA, e ainda a empreitada de “Substituição de condutas de água em dois bairros de Bragança – Fase II”, que visa substituição da rede de abastecimento de água na Rua Coronel José Vergueiro, Rua Professor Egas Moniz e Rua do Amieiro com um valor de adjudicação de 98.987.50 + IVA.

- Foi concluída a ampliação da rede de abastecimento de água na localidade de Laviados e executada a substituição de um troço de adutora em Alfaião.

- O Município de Bragança, com o apoio de várias instituições, promoveu uma ação de sensibilização de preservação do meio ambiente, no âmbito das **Comemorações do Dia Mundial da Árvore**, no dia 21 de março, na Área de Acolhimento Empresarial das Cantarias, envolvendo cerca de 300 alunos do 1.º ciclo do ensino básico público e privado que puderam participar no plantio de 100 novas árvores, em diversos jogos pedagógicos e lúdicos e em diversas atividades de animação, música, dança e escrita criativa.

### **3. Desenvolvimento Económico e Competitividade**

#### **Promoção Económica**

A edição deste ano do **Festival do Butelo e das Casulas**, contou com um espaço remodelado onde, além do espaço de venda de fumeiro (com especial enfoque no Butelo), contou com produtos regionais, conferências e demonstrações gastronómicas, uma tasquinha para degustação de fumeiro e outros produtos típicos, animação permanente e exposição de elementos escultóricos. Refira-se que no fim-de-semana em que decorreu o evento, várias unidades hoteleiras registaram uma taxa de ocupação de 100% e a restauração registou taxas de afluência assinaláveis, muito graças à Semana Gastronómica que contou com 27 restaurantes aderentes.

- Decorreu, no dia 2 de abril, em León, a apresentação pública do **Plano Estratégico do AECT Léon Bragança**, onde se destacou a importância do envolvimento dos atores locais e do conhecimento detido pelo consórcio (uma empresa espanhola e outra portuguesa), na elaboração do documento estratégico.

No documento foram definidas 5 prioridades estratégicas para o desenvolvimento do território, nomeadamente: Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente; Turismo; Cultura; Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Económico, gerando um documento que permitirá a submissão de candidaturas a financiamentos comunitários, nomeadamente para o período de programação 2021-2027.

- No âmbito da iniciativa “**Semana da Ciência Portugal-Angola**” decorreu, no dia 20 de março, uma visita ao Brigantia Eco-Park, que contou com uma delegação angolana de 40 pessoas ligadas ao ensino superior e ao sistema científico e tecnológico angolano, entre as quais, a Ministra Angolana do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, Maria Sambo, com o objetivo desenvolver projetos de cooperação conjuntos no domínio da ciência e tecnologia e da formação de professores.

- Teve lugar, **nos dias 13 e 14 de abril, na vila de Izeda, a 20.ª edição da Feira do Folar e do Azeite, um certame histórico do concelho que visa promover, sobretudo, os produtos típicos da região e dinamizar a economia local.**

O evento contou com 30 expositores e segundo dados da organização, esperavam vender cerca de 3.000 kg durante o evento.

Além das diversas atividades recreativas programadas, esta edição contou com uma cerimónia de homenagem a António José Ferreira Neves, antigo membro e tesoureiro da ADRI.

## **Turismo**

- De acordo com os dados recolhidos nos Postos de Informação Turística local, verifica-se que, este ano, há um acréscimo acentuado do número de turistas, nomeadamente de países como Brasil e Rússia, que no primeiro trimestre já atingiram os mesmos valores de todo o ano anterior.

## **Agricultura e pecuária**

Decorrente da **assinatura de Protocolo com a Associação de Criadores de Gado de Bragança**, o Município de Bragança vai atribuir, aos criadores e produtores do concelho,

uma verba 60.000,00 euros com vista à comparticipação das despesas de sanidade animal obrigatória de bovinos, ovinos e caprinos.

Esta medida **abrange um universo de 32.418 animais, tem efeito ainda este ano e permite reduzir** os custos inerentes às intervenções de sanidade animal obrigatória e reduzir o impacto negativo na rentabilidade das explorações.

### **Mobilidade**

- Nos meses de fevereiro e março, verificaram-se 588 movimentos de aeronaves.

Em relação à carreira de serviço público Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão e no mesmo período, a aeronave efetuou 101 movimentos, tendo embarcado 185 passageiros e desembarcado 180.

- O Município de Bragança e Administração da Comunidade de Castilla e León avançam com estudo técnico para a realização da variante entre Rihonor de Castilla (Espanha) e Rio de Onor (Portugal), tendo sido oficialmente assinado, a 27 de fevereiro, um memorando com vista à realização de um estudo técnico da variante de Rihonor de Castilla (Espanha) a Rio de Onor (Portugal), no âmbito do melhoramento da ligação Bragança – Puebla de Sanábria por estrada, favorecendo o transporte intermodal e as relações transfronteiriças.

- No âmbito da mobilidade e segurança, procedeu-se à limpeza de aceiros e caminhos florestais na freguesia de Rio Frio, Paço de Rio Frio, Serapicos, Quintanilha, São Julião, Refega e Parada, bem como limpeza e regularização de bermas e valetas em várias estradas municipais e enchimento de caminhos rurais nas freguesias de Serapicos, Serapicos, Vilarinho, Castro de Avelas, Aveleda, Salsas, Santa Maria e os acessos ao CEE, recinto da Feira e recinto do “Trinta”, carreira de tiro, Quintas de São Sebastião e São Lazaro. Foi igualmente efetuada a limpeza e regularização de caminhos agrícolas municipais nas Freguesias de Outeiro, Paço de Rio Frio, Rio Frio, Milhão e Paradinha de Outeiro.

- No que diz respeito ao serviço de transporte, no período em análise, na área do turismo, foram efetuadas 53 viagens, onde se transportaram 529 passageiros e percorridos 3.839 quilómetros.

## **4. Reabilitação Urbana**

### **Obras**

Neste período foram abertos 2 concursos no valor de 805.550,00 € + IVA, designadamente: “Reabilitação de Edifício na Rua Combatentes da Grande Guerra” para instalação da Direção de Finanças e Delegação Aduaneira de Bragança e limpeza e sinalização do caminho português da Via da Prata.

### **Serviço de Gestão Urbanística e Fiscalização**

- Realça-se que do conjunto das operações sujeitas a licenciamento e a comunicação prévia, 32% destas ações reportaram-se à cidade de Bragança e os restantes 68% reportaram-se ao espaço rural, sendo que 89% das ações inserem-se em espaço ordenado dentro de perímetros urbanos.

- No âmbito do sistema de gestão de qualidade, orientado para a satisfação do munícipe, com metas definidas para uma resposta aos prazos definidos pelo RJUE, verifica-se que 98% do conjunto das operações urbanísticas foram analisados num prazo não superior a 30 dias (subida de 3 pontos percentuais face ao ano anterior) e que para comunicações prévias obteve-se 100% de respostas num prazo não superior a 7 dias (em período homólogo o valor foi de 93%). A média em número de dias ficou em 10 para licenciamentos (mesmo valor que em igual período homólogo) e 2 para comunicações prévias (menos 2 dias que em igual período homólogo).

### **5. Outras informações**

- Terminou, a 10 de março, o **3º curso de serviço básico de salvamento e luta contra incêndios para Bombeiros**, promovido pelo Município, com vista ao socorro em aeronaves no Aeródromo Municipal.

Esta formação decorreu ao longo de quatro dias, com parte teórica e prática, terminando com uma prova prática com fogo real.

- No dia 12 de março, o Embaixador dos Estados Unidos da América, George E. Glass, promoveu uma visita a Bragança onde, na receção efetuada por parte do executivo municipal, foram abordados temas como a economia e capacidade de exportação do Concelho de Bragança, os seus produtos endógenos, o turismo e as características singulares do território.

Esta visita surgiu por iniciativa do gabinete da Embaixada e Consulado dos EUA em Portugal, que demonstrou interesse em conhecer Bragança, o seu território e as suas potencialidades.

- No dia 5 de abril foi oficializada a **cedência da antiga Escola EB1 do Toural** ao Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento XVIII de Bragança, através da assinatura de um protocolo que, assim, lhes permite fixar a sede num espaço condigno e com melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades regulares.

- No âmbito do **Programa "Aldeias Seguras, Pessoas Seguras"**, decorreu, no dia 15 de março, um exercício de evacuação de aglomerados populacionais na aldeia de Cova de Lua, na freguesia de Espinhosela, com o objetivo de proteger pessoas e bens, dos edifícios e ainda, otimizar as intervenções das entidades competentes e sensibilizar a população local para o risco do uso do fogo, dos incêndios florestais e utilização de medidas de autoproteção.

- O Município de Bragança, integrado na Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, assinou um protocolo de colaboração com a A.M.A., I.P., com vista à implementação **do Balcão Móvel**. Trata-se da cedência de uma carrinha elétrica, com equipamento específico, que se deslocará por todo o concelho e irá permitir aos cidadãos tratar dos seus assuntos administrativos nas próprias localidades sem terem que se deslocar aos serviços públicos.

- No dia 29 de março de 2019, reuniu o **Conselho Municipal de Segurança** de Bragança onde mais uma vez se concluiu que os índices de segurança na cidade são elevados.

Município de Bragança, de 23 de abril de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal,  
Hernâni Dinis Venâncio Dias”

**De seguida, o Sr. Presidente da Câmara Municipal** completou a informação escrita relativa ao Estado e Vida do Município, previamente distribuída pelos senhores membros da Assembleia Municipal, através da seguinte apresentação em “powerpoint”:



## 1. Relacionamento com os cidadãos

### Balcão Móvel



Integrado na CIM-TTM, o Município assinou protocolo de colaboração com a AMA. Trata-se de uma carrinha elétrica equipada para que os munícipes possam tratar de assuntos administrativos nas suas localidades.

3

## 2. Coesão Social - Educação -

### Atribuição Bolsas Estudo



Na 2ª fase, foram atribuídas mais 22 Bolsas de Estudo a alunos do ensino superior. Investimento de 14.040,00€

4

### Fase Regional do Parlamento dos Jovens



No secundário, de entre as participantes de 6 concelhos, uma das duas Escolas apuradas foi a Emídio Garcia.  
Os alunos vencedores vão representar o distrito na AR em Lisboa na fase Nacional.

5

### Protocolo de Cooperação com a ULSNE



Com vista a apoiar a Unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos da Terra Fria.

6

O Sr. Presidente informou que neste Protocolo também estavam envolvidos os municípios de Vinhais e de Macedo de Cavaleiros.

## Carnaval dos Caretos



7 Contou com Caretos provenientes de Portugal e Espanha, com a recriação cénica do "Assalto ao Fumeiro" e a "Queima do Diabo", com espetáculo associado.

## Exposições CACGM



8 "Casa de Férias", de  
Fernanda Fragateiro.



"Olhos Azuis do Mar" de  
Graça Morais

### Exposições no CCM Adriano Moreira



9 "Percurso 5" da autoria dos alunos de Artes Visuais do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia.



"Cântaros, Cântaras e Cantarinhas – Histórias das Louceiras de Pinela"

### Exposições



10 "BI Biosfera Integrada", de Pedro Rego no Centro Ciência Viva.



### Contrato de Comodato com a Bribanda



Assinado com vista à cedência de instrumentos musicais adquiridos no âmbito do OP 2018, cujo valor ultrapassou os 40.000,00€.

11

### Sábados de Encantar



- Comemoração do 4º aniversário.  
-Atividade que conta com 2 sessões mensais e sempre com grande participação.

12

### Obras literárias



Lançados os livros: - "Desperdício Alimentar", de Iva Pires;  
"Máscaras e Rituais de Portugal", de Roberto Afonso e "Histórias e  
Narrativas da Tradição Oral Transmontana" de Acácio Pradinhos.

13

### Semana da Leitura



-Contou com atividades como: Sessões de contos, casulo  
de histórias, palestras, contos keres e formação para  
profissionais de mediação e leitura.

14

### Rampa do Guieiro



15

Após 9 anos de interrupção, com o apoio do MB, Gimonde voltou a receber a prova de Todo-o-Terreno.

### Dia Mundial da Árvore



16

Várias atividades para 300 alunos do 1º CEB e plantio de 100 novas árvores na Área de Acolhimento Empresarial das Cantarias.

## Festival do Butelo e das Casulas



- Espaço remodelado e com novas atrações;
- Várias unidades hoteleiras com taxa de ocupação de 100%;

17

## Plano Estratégico AECT León Bragança



Definidas 5 prioridades para o território: Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Social e Económico.

18

## Semana da Ciência Portugal - Angola



Uma delegação angolana, inclusive a Ministra Angolana do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, visitou o Brigantia Ecopark, com vista a estabelecer parcerias.

19

## XX Feira do Folar e do Azeite



Decorreu em Izeda. Contou com 30 expositores e uma cerimónia de homenagem a António Ferreira Neves (antigo tesoureiro da ADRI).

20

**Protocolo com a Associação de Criadores  
de Gado de Bragança**



Visa a comparticipação das despesas de sanidade animal obrigatória de bovinos, ovinos e caprinos, envolvendo uma verba de 60.000,00€.

21

O Sr. Presidente da Câmara informou que a referida comparticipação, 60 000,00 €, era uma verba anual, e que dizia respeito ao ano de 2019.

**Museu Nacional Ferroviário**



Inaugurado no dia 25 de Abril, representando um investimento global superior a 900.000,00€.

22

O Sr. Presidente da Câmara informou que este investimento havia sido participado em 50%, por fundos comunitários, ao nível do Programa Cultura.

Estado e  
Vida do Município

## 4. Obras



### Substituição de condutas de água



Substituição da rede de abastecimento de água nas Ruas Cel. José Vergueiro, do Amieiro e Prof. Egas Moniz, com um valor de adjudicação de 104,927,00€.

23

Estado e  
Vida do Município

## 4. Obras



### Coesão Territorial



Execução de depósito e furo em Sendas, com um valor de adjudicação de 77.004,00€.

24

## 4. Obras

### + Mobilidade + Segurança



Continuam os trabalhos de alargamento, manutenção e limpeza de caminhos nas freguesias.

25

O Sr. Presidente da Câmara referiu que esta manutenção tinha a ver com a prevenção de incêndios florestais, e que, embora não fosse obrigação do Município fazer tais trabalhos, tratando-se de uma missão tão importante, o Município não se furtava a leva-los a cabo.

## 5. Outros eventos

### Diplomacia



Visita do embaixador dos Estados Unidos da América, George Glass.

26

### Comemorações do 25 de Abril



Iniciaram com a Sessão Evocativa no Auditório Paulo Quintela.

27

### Conselho Municipal de Segurança



Concluiu-se que os índices de segurança em Bragança continuam elevados.

28

## 6. Reconhecimento ao Mérito

### Manuel Bento



- Nomeado CIO do Ano em Portugal para a área dos Serviços Financeiros pela CIONET.
- É Diretor do Centro Tecnológico da Euronext.

29

## 6. Reconhecimento ao Mérito

### PME Excelência

- Bramaia – Sociedade Transformadora de Ferro, S.A.
- Bricantel – Comércio de material Elétrico de Bragança, Lda.
- Elias Santos Pinto, Filho, S.A.
- Farmácia Bem Saúde, S.A.
- Frutas Ferreira – Comércio de Frutas e Hortícolas, Lda.
- Nordhigiene – Comércio de Produtos de Higiene e Limpeza, Lda.

30

### PME Líder 2018

- Elias Santos Pinto, Filho, S.A.
- Farmácia Bem Saúde, S.A.
- Fepronor – Ferro Pronto do Norte, Sociedade Unipessoal, Lda.
- Frutas Ferreira – Comércio de Frutas e Hortícolas, Lda.
- Multirest – Gestão Hoteleira e Restauração, Lda.
- Nordhigiene – Comércio de Produtos de Higiene e Limpeza, Lda.
- Otica Transmontana – OT, Lda.
- Petro Grandais – Sociedade Comercial de Automóveis e Combustíveis, Lda.
- Reconco – Comércio de Materiais de Construção, Sociedade Unipessoal, Lda.
- Rui Rolo, Unipessoal Lda.
- Sodibragança – Supermercados, Lda.
- Valled, Lda.

31

**Solicitaram esclarecimentos** os membros Idalina Brito (PS), Fátima Bento (CDU), Fátima Renovato (PS) e António Malhão (PSD).

**Idalina Brito** – Colocou as seguintes questões, suportadas no documento escrito que a seguir se transcreve:

“PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS NAS ÁREAS CULTURAL E SOCIAL, À CÂMARA MUNICIPAL

*Neste Ponto do Período da Ordem do Dia sobre o “Estado e Vida do Município”, gostaria de solicitar ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hernâni Dias, os seguintes esclarecimentos:*

O 1º, relativo à área cultural: Qual o ponto da situação, face às datas já marcadas (22 a 25 de Maio pf) da Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PS na última Assembleia Municipal realizada a 28 de Fevereiro sobre o V Festival Literário de Bragança?

O 2º, relativo à área social, mais concretamente à Rede Social concelhia. O Sr. Presidente falou, neste ponto do período da Ordem do Dia, do importante papel que tem tido a Rede Social no concelho. Ora, essa informação foi de carácter global, desconhecendo nós, mais

particularmente, o seu papel. Assim sendo, agradecíamos os seguintes esclarecimentos / informações sobre o papel da mesma:

1. Que Programas, Projetos e Ações realizou nos últimos 2 anos e quais os que pretende operacionalizar nestes 2 anos próximos?
2. Face ao diagnóstico social, que é atualizado regularmente, quais são as problemáticas mais sentidas atualmente no nosso concelho?
3. Que medidas aprovou, propôs, ou vai propor, às diferentes Entidades Públicas, Privadas e Solidárias para a sua resolução?  
E, por último,
4. Quais as respostas sociais existentes no nosso concelho, quer da rede solidária, quer da rede lucrativa, suas capacidades, taxas de cobertura, número de utentes, nº de trabalhadores ao seu serviço, nº de voluntários e sua contribuição para o PIB concelho, distrital e nacional?

**Fátima Bento** – Colocou as seguintes questões:

- 1 - Quais tinham sido as conclusões da reunião referida na resposta que a Infraestruturas de Portugal havia remetido à Assembleia, sobre a moção de protesto que tinha sido aprovada na sessão de fevereiro/2019, relacionada com a ligação Bragança/Puebla de Sanábria, e em que fase se encontrava o processo;
- 2- Qual tinha sido o motivo, sob o ponto de vista técnico, dos passeios das ruas Aquilino Ribeiro e Artur Mirandela terem ficado mais altos à entrada das casas, situação essa, que, em alguns casos, impedia que os proprietários colocassem os carros nas garagens, dado que anteriormente não havia aquele desajuste. Perguntou, também, se iria haver uma repavimentação da estrada naquela zona dos passeios;
- 3- Se a Câmara tinha conhecimento das queixas quanto à água de consumo, em Rabal, as quais referiam o excessivo nível de cloro, e se iria fazer, junto da empresa privada responsável pelo tratamento da água, algum tipo de intervenção;
- 4- Qual o prazo médio para resolução de problemas de saneamento na cidade, desde a receção do pedido até à resolução do problema.”

**Fátima Renovato** – Colocou as seguintes questões:

- Zona Industrial das Cantarias - Perguntou, uma vez que já lá tinham sido colocadas árvores, se já havia empresas para se instalarem, quantas, e qual o período

para a referida instalação, uma vez que no dia 30 de junho fazia um ano que a obra tinha sido inaugurada.

- Rua Emídio Navarro – Perguntou se continuaria com dois sentidos, o que, no seu entender, iria dificultar o trânsito.

Terminou, solicitando que, aquando da colocação das passadeiras, se tivesse em conta as pessoas com mobilidade reduzida, que utilizam carrinhos, bem como os carrinhos de bebe, colocando rampas de acesso aos passeios.

**António Malhão** – Relativamente ao Museu da Língua Portuguesa, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara em que fase se encontrava o projeto, para quando o lançamento do concurso, e qual a duração da obra.

Terminou, perguntando também se o Sr. Presidente da CM equacionava a possibilidade de, a médio/longo prazos, apresentar uma candidatura, de Bragança à cabeça, sendo necessário, para tal, inovar toda a região, de capital europeia da cultura ou capital europeia do desporto.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões que lhe foram formuladas.

Respondendo à membro Idalina Brito, referiu que, no momento, apenas poderia responder à questão relacionada com o Festival Literário, porque não dispunha da informação necessária para responder às restantes questões, tendo-se comprometido a enviar-lhe, posteriormente, as respetivas respostas, logo que fosse possível.

Quanto à inclusão de autores locais no Festival Literário, informou que essa questão já estava a ser articulada com a Academia de Letras de Trás-os-Montes, e que iria haver muitos autores locais envolvidos no referido projeto.

Como resposta à membro Fátima Bento, e no que dizia respeito à ligação à Puebla de Sanábria, informou que, numa reunião, tinha sido acordado que a Junta de Castilla e León faria um projeto para estudar a viabilidade e o traçado da ligação Bragança-Puebla de Sanábria, numa atitude de colaboração com a CMB e a Infraestruturas de Portugal, e que, até ao momento, não tinha havido, por parte do Governo de Portugal, nenhuma assunção de compromisso relativamente a este assunto.

Relativamente ao Bairro Artur Mirandela, referiu que não tinha conhecimento de qualquer dificuldade na alteração das cotas dos passeios, e que a CM estava a dar resposta às exigências dos cidadãos que lá moravam.

Quanto à questão do tratamento da água em Rabal, excessiva concentração de cloro, afirmou que nem ele nem o Sr. Vice-presidente, responsável pelo pelouro, eram conhecedores da situação, no entanto iria mandar avaliar a situação.

No que diz respeito ao prazo médio para a resolução dos problemas a nível de saneamento, informou que não lhe era possível responder com exatidão, sendo que os problemas eram resolvidos em tempo muito curto.

Respondendo à membro Fátima Renovato, quanto ao ponto da situação relativa à ocupação da nova Zona Industrial, informou que já tinham sido entregues propostas de sete empresas, com um volume de investimento na ordem dos catorze milhões de euros.

Quanto às árvores, referiu que as mesmas não tinham sido plantadas na referida zona mas sim ao lado, porque a parte ambiental havia sido tratada na altura da construção da Zona Industrial.

No que concerne à rua Emídio Navarro, informou que a rua tinha duas faixas de rodagem e uma zona de estacionamento, e que não lhe parecia que houvesse problemas na circulação, pelo que não fazia sentido ficar apenas com uma faixa.

Ao membro António Malhão, quanto ao Museu da Língua Portuguesa informou também que era um projeto emblemático, cujo investimento rondava, até ao momento, os dois milhões de euros, e que tinha a ver com o seguinte: aquisição dos Silos, definição do conteúdo expositivo do Museu, fase de adjudicação da construção dos referidos conteúdos, bem como a fase do projeto, a qual estava a ser trabalhada, e que, em princípio, até ao mês de agosto, todo o procedimento seria lançado, seguindo-se a execução da obra.

Quanto à possibilidade de promoção de uma candidatura a nível europeu, referiu que embora o assunto não estivesse equacionado, não deixaria de poder ser uma realidade caso se concluísse que estavam reunidas todas as condições exigidas para o efeito, nomeadamente a nível de equipamentos culturais, espaço físico da cidade, alojamentos, etc.. Terminou agradecendo a sugestão.

**Fizeram intervenções** os membros Isabel Lopes (PSD), Fátima Renovato (PS), António Anes (BE), Luís Fernandes (PUF Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova), Fátima Bento (CDU), Idalina Brito (PS) e Luís Afonso (PSD).

**Isabel Lopes** – Fez a seguinte intervenção, suportada no documento escrito que a seguir se transcreve:

“Fui designada por esta assembleia municipal neste e no anterior mandato autárquico para representar este órgão na Comissão de Análise para atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior e é nessa qualidade que gostaria de voz transmitir alguma informação.

É sobejamente conhecido o esforço que este município anualmente faz na ação social escolar, apoios que vão desde os transportes escolares gratuitos, alimentação, entrega de livros ou fichas. Contudo estes contributos, alguns por força da lei, eram direcionados para o ensino básico e secundário.

Mas este município foi mais longe e estabeleceu e muito bem a atribuição de bolsas de estudo a alunos que frequentam o ensino superior, estes apoios permitirão garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar a alunos que residem no concelho de Bragança e que frequentam o ensino superior, cujo agregado familiar se encontra numa situação económica desfavorecida.

O Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, foi publicado em 26 de outubro de 2016, concretizando uma medida importante para as famílias residentes no concelho de Bragança, com filhos a frequentarem o ensino superior, tendo sido atribuídas as primeiras bolsas no ano letivo 2016/2017.

Assim, as bolsas foram atribuídas nos últimos três anos letivos, verificando-se sempre um número crescente de candidaturas, bem como, do número de bolsas atribuídas.

<b>Ano letivo</b>	<b>Candidaturas</b>	<b>Bolsas atribuídas</b>	<b>Montante</b>
2016/2017	30	24	10.920,00 € *
2017/2018	43	34	22.140,00 €

2018/2019	49	37	21.600,00 €
Total	122	95	54.660,00 €

\* Calculo para 6 meses

O Júri fez sempre um esforço para atribuir o maior número de bolsas possível, contudo por força do regulamento que é necessário cumprir, algumas das candidaturas não podiam ser aceites (*um exemplo - o regulamento não prevê que pessoas que tenham emprego lhe seja atribuída uma bolsa*) outras porque não entregavam a documentação exigida. Gostaria só de realçar que nunca foi o fator monetário impeditivo de atribuir mais bolsas de estudo.

É com certeza gratificante para esta Câmara mentora desta medida e para esta Assembleia que aprovou o respetivo regulamento, podermos contribuir e garantir para que nenhum munícipe (um familiar, um vizinho, um amigo) fiquem de fora do Ensino Superior por motivos financeiros.

Existem outros meios de apoio e de isentivo aos jovens para frequentarem o ensino superior? Sim! O próprio ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior anunciou há poucos meses a abolição das propinas a médio prazo. Será este o caminho? Uma vez que a abolição de propinas não defende os mais pobres, apenas os mais ricos.

Sempre apoiei o regime de propinas, contudo, considero que os montantes devem refletir a capacidade económica dos que as pagam, uns de forma direta outros com apoio da ação social escolar.

Além disso, concordo com a redução de propinas como medida de discriminação positiva, em instituições de ensino superior localizadas no interior do país. Medida que o IPB tem em prática há alguns anos, como forma de atrair o maior número de alunos, tanto através de um valor mais reduzido em relação ao resto do país, como na sua forma de pagamento faseado. Espero que esta medida se mantenha pois é sobejamente conhecido o impacto que o IPB tem na economia da nossa região.

O acesso ao ensino superior qualifica-se, portanto, como um direito fundamental e cabe ao Estado trabalhar para que a ninguém ele seja negado por razões económicas.

Devemos reforçar significativamente a ação social, direta (bolsas, incluindo as que cobrem as propinas) e indireta (alojamento, cantinas, saúde, *desporto*), até sermos

capazes de garantir que ninguém deixe de aceder e ter sucesso no ensino superior por falta de financiamento.

Aumentar o volume e a intensidade da ação social é, provavelmente, o caminho mais curto para diminuir as desigualdades e garantir maior justiça social no acesso ao ensino superior.”

**Fátima Renovato** – Referindo-se ao aumento do tarifário da água/saneamento/resíduos urbanos em 2019, disse que o Grupo Municipal do PS não compreendia tal aumento, pelo que entendia que a situação devia ser revista pelo Município, de forma a colmatar uma medida que consideravam incompreensível e injusta para todos os consumidores, dado tratar-se de um bem indispensável à vida.

Frisou que o Sr. Presidente da Câmara já tinha comunicado à Assembleia que havia famílias que já estavam a beneficiar de 70% de redução no preço da água, situação com a qual se congratulava, no entanto não compreendia o porquê de os outros municípios continuarem a ter aumentos, porque, uma vez que a Câmara não tinha problemas financeiros, não precisava de ter lucros com a água.

Quanto ao desporto e à possível candidatura a capital europeia do desporto, referida pelo membro António Malhão, referiu que na cidade não havia um polidesportivo, que os dois campos de futebol existentes eram insuficientes e com falta de condições, o que obrigava a queixas permanentes dos visitantes, e que o facto de se viver no interior não justificava a falta de condições para a prática desportiva por parte dos jovens.

**António Anes** – Referindo-se aos balcões móveis, medida que, a nível da CIM, ia ser implementada, e com a qual o BE se congratulava, disse que o BE já tinha sugerido à CMB, numa reunião anterior da AM, a criação de um balcão móvel, medida essa que tinha a ver com o envelhecimento e condições de saúde das populações residentes no meio rural.

Referiu que a mobilidade era muito mais do que ciclovias, e que havia que definir prioridades para a resolução dos problemas das populações, independentemente da proveniência das sugestões.

Ainda, como reparo, perguntou se já tinha sido vistoriada e validada a obra de substituição das grades de proteção do rio Fervença, junto ao Jardim Dr. José de Almeida, porque a mesma tinha ficado com algumas assimetrias, nomeadamente as arestas de

suporte das bases de fixação das grades de vidro, que apresentavam pontas extremamente afiadas, o que, às pessoas menos atentas, poderia causar algum acidente.

**Luís Fernandes** – Iniciou a sua intervenção manifestando a preocupação sentida pela população da região de Izeda, relativamente ao futuro da Escola C+S de Izeda. Fez uma breve resenha histórica daquela Escola, enunciando os vários e importantes pergaminhos que teve naquela região em relação à educação:

- até 1910 – Congregação de frades, com a iniciação do convento;
- 1918 – Criação da Colónia Correccional de Izeda;
- 1961 – Instalação dos padres salesianos;
- 1972/75 – Implementação do projeto Tele Escola;
- 1977 – Criação da Direção Geral dos Serviços Tutelares de Menores;
- 1996 – Criação da Prisão;
- 1975 – Criação da Escola Secundária de Izeda;
- Década de 90 – Criação da Escola C+S de Izeda;

Continuando a sua intervenção, referiu que o problema era a demografia, que não era problema direto da Junta nem da CMB, mas sim de todos.

Solicitou à CMB que pensasse numa possível reestruturação da rede de transportes escolares naquela região, para evitar a total desertificação da mesma.

Terminou, deixando uma palavra de apreço/agradecimento à CMB pela atitude que havia tomado, a de valorizar os granulitos do Tojal dos Pereiros, sitos na Zona Industrial de Bragança, como património geológico, dado a sua antiguidade, mil milhões de anos.

**Fátima Bento** – Relativamente à contagem da leitura dos contadores da água, referiu que, de acordo com as informações que a CMB fez chegar à CDU, o que havia sido concretizado pela CMB era mais um passo no caminho da privatização da gestão pública da água, e que, das razões argumentadas, pressupunha-se que a Câmara não tinha capacidade para efetuar o serviço com a regularidade necessária, por falta de recursos humanos, sendo que, por essa ordem de ideias, à medida que os trabalhadores faltassem por motivo de doença ou se aposentassem, seriam encerrados os serviços ou entregues a privados.

**Idalina Brito** – Proferiu a seguinte intervenção, suportada no documento escrito que a seguir se transcreve:

## **“Criação de Serviços Inovadores de Apoio à População Idosa do Concelho de Bragança**

“Neste Ponto do Período da Ordem do Dia sobre o “Estado e Vida do Município”, gostaria de continuar a abordar um assunto muito importante para todos nós e enquadrado no Terceiro Setor, que é o apoio informal à população idosa do nosso concelho e contribuir para a prestação de serviços inovadores, principalmente aos mais idosos e que vivem sós, sem o apoio e retaguarda familiar.

O meu colega nesta Assembleia, Coordenador do Grupo Municipal do PS, Dr. \Dinis Costa, já apresentou no Período Antes da Ordem do Dia, uma Proposta de Recomendação sobre a Rede de Cuidados Informais e o Papel do Cuidador nesta prestação de serviços. A minha intervenção será como a continuação desse tipo de apoio.

Não me refiro, como é óbvio, às respostas sociais formais, de instituições, de que já falou o Sr. Coordenador do Grupo Municipal do PSD, Dr. António Malhão, como são, os Centros de Dia, Centros de Convívio, SAD (Serviços de Apoio Domiciliário), ERPI (Estruturas Residenciais para Idosos /ex-Lares de Idosos) ou UCC (Unidades de Cuidados Continuados), desenvolvidas pelas IPSS, Santa Casa da Misericórdia ou ASMAB, com o apoio financeiro e técnico do MTSSS ou da Saúde, mas sim, às informais, que ainda não se encontram cobertas, como por exemplo:

- 1.1. Um Serviço de Apoio à realização de trabalhos de carácter doméstico: pequenos arranjos de eletricidade ou instalação de lâmpadas, idem na área da pichelaria, da marcenaria, pequenas obras de reparação em casa, como arranjo de janelas, telhados ou casas de banhos;
- 1.2. Um Serviço de Apoio a algumas atividades agrícolas, em parceria com outras Entidades /Serviços Públicos ou Associações de Agricultores: podas, enxertias, ou pequenas cavas;
- 1.3. Um Serviço de Apoio de Transportes, para tratamentos e consultas médicas, pagamentos de serviços, deslocações à cidade para passearem e participarem em atividades de lazer, culturais ou desportivas, tratarem de assuntos pessoais e familiares, ou frequentarem outro tipo de atividades, etc.

- 1.4. Um Serviço de Apoio ao nível das Novas Tecnologias de Informação e Redes Sociais, no sentido de eles próprios ou com apoio, realizarem pagamentos, marcarem consultas, tratarem do IRS ou de candidaturas a apoios sociais ou agrícolas, contactarem com filhos e familiares emigrados e distantes, conhecerem novos amigos, lerem as notícias do País e do Mundo, etc.  
Mundo, etc.

*Em suma, perante as propostas inovadoras atrás referidas (nos seus diferentes contextos e áreas de intervenção), é nosso parecer, que o Município de Bragança poderá contribuir eficazmente para o equilíbrio psicológico e o favorecimento de condições dignas de vida e combate à solidão e abandono dos idosos no seu espaço territorial.”*

Neste momento, o **Sr. Presidente da Assembleia**, Luís Afonso, pretendendo fazer uma intervenção, suspendeu as suas funções de Presidente da Mesa, e, a fim de que a Mesa ficasse completa, chamou o membro José Moreno do Grupo Municipal do PSD.

**Luís Afonso** – Começou por cumprimentar o Dr. Henrique Ferreira, anterior Presidente da Mesa da Assembleia, agradecer a sua visita e dizer que tinha sido um deputado que havia dado imensos contributos à AMB.

De seguida, deu início à sua intervenção para falar sobre o Agrupamento de Defesa Sanitária - Associação de Criadores de Gado de Bragança, tendo dito o seguinte:

Em 1986, a União Europeia havia exigido ao Estado Português a implementação de estruturas eficazes no combate às doenças nos animais de produção, mas que o Estado não tinha competência para formalizar a luta contra algumas doenças, nomeadamente a tuberculose, a leucose e a brucelose, nos bovinos. Frisou que, à data, o Estado Português, no Concelho de Bragança/Vinhais, etc., fazia três mil rastreios/ano e que, atualmente, se faziam mil/dia;

O Estado, em 1987, seguindo o exemplo de França, tinha instituindo os agrupamentos de defesa sanitária, agrupamentos esses obrigatoriamente formados por produtores e sem fins lucrativos. Como incentivo à criação de tais associações, o Governo tinha dito que as despesas associadas à luta contra as já referidas doenças, por parte dos agricultores, era zero nos dois primeiros anos e depois começavam os agricultores a pagar, anualmente, 5%,10%,15%, 20%, o que queria dizer que, no futuro, seriam os

agricultores, em Portugal, a suportar 20% da despesa com a sanidade animal em Portugal.

A queda no financiamento do Estado tinha sido abrupta e, deu como exemplo, o ADS de Bragança, o qual recebia cerca de cento e oitenta mil euros/ano e atualmente recebia, apenas, trinta e cinco mil euros/ano, o que havia originado uma redução de pessoal, redução de custos, etc., e uma sobrecarga dos agricultores, os que, conforme o Governo havia dito, tendencialmente, iriam pagar tudo relativamente à sanidade animal.

Que algumas associações ficaram insolventes, outras foram-se agrupando e outras recorreram aos municípios, como foi o caso de Bragança, e frisou que no território de Bragança não se verificava um caso de brucelose bovina há seis anos, de tuberculose bovina há quatro anos, sendo que há vinte anos atrás havia 3500 abates/ano e o ano passado foram abatidos apenas 22 animais.

A CM tinha este apoio/compromisso no seu programa eleitoral, e que, em abril/2019, tinha assinado um protocolo no valor de setenta mil euros, sendo um apoio fundamental à economia dos agricultores.

Terminou, dizendo que, em boa hora, a CM de Bragança havia dado um passo histórico, porque, embora não fosse sua competência, estava a fazê-lo, contribuindo para melhorar a vida dos agricultores e evitar a transmissão das doenças dos animais ao homem.

**Primeiro Secretário** – Agradeceu ao Sr. membro da Assembleia, Luís Afonso, a explicação que havia fornecido sobre o assunto, dizendo que tinha sido muito proveitosa/esclarecedora.

**Neste momento, O Sr. Presidente da Mesa ausentou-se da sala, tendo o Sr. Primeiro Secretário** dado a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder aos membros que tinham feito intervenções.

**Presidente da Câmara** - Relativamente à questão formulada pela membro Fátima Renovato, frisou que o Município não tinha promovido qualquer aumento tarifário das águas e resíduos, apenas havia cumprido uma diretiva da Entidade Reguladora das Águas e do Saneamento, atualizando os valores, a fim de respeitar a obrigatoriedade de manter os sistemas sustentáveis.

Quanto às infraestruturas desportivas, enunciou as que existiam na cidade:

Pavilhões - 3 (Arnaldo Pereira, Pavilhão da Bancada, Pavilhão do Bairro da Coxa, o qual estava em construção) mais 3 pavilhões ao nível do Agrupamento de Escolas, mais o Pavilhão do Académico;

Campos - CEE, embora com algumas restrições, Estádio Municipal, e 2 campos do IPB protocolados com a CM. Mais informou, que o campo sintético do IPB havia sido construído com base numa candidatura promovida pelo Município, bem como o sistema de iluminação;

Polidesportivos na cidade – Mais de seis;

Piscinas municipais.

Referiu ainda que o município reconhecia que deveria haver mais equipamentos, desportivos, no entanto estava atento à realidade, e que os investimentos promovidos iam naquele sentido.

Respondendo ao membro António Anes, informou que o projeto do Balcão Móvel havia sido definido na altura da definição do Pacto da Comunidade Intermunicipal, em 2014, estando, agora, a ser implementado.

Quanto ao Pólis, admitiu que poderia haver alguns problemas com a colocação dos novos materiais, e que mandaria verificar, para evitar qualquer acidente.

Respondendo ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova, Luís Filipe, referiu que a CM estava, e estaria sempre, a lutar para que a Escola de Izeda se mantivesse em funcionamento, por razões de educação e de coesão social e territorial.

Como resposta à membro Fátima Bento, quanto à questão da privatização da água, frisou que não era possível fazer tal privatização, dado que não estava legalmente prevista, tendo lido um texto sobre o assunto, para uma melhor compreensão da questão, e o que o Município estava a fazer era evitar qualquer tentativa de colocar na mão de privados a gestão do setor da água.

Quanto às leituras, informou que tinha sido contratada uma Prestação de Serviços.

À membro Idalina Brito sugeriu que lhe entregasse o documento que tinha escrito, no qual constavam as questões que colocou, a fim de o enviar para o Instituto da Segurança Social, dado ser a entidade mais capacitada e que tem a responsabilidade, sob o ponto de vista social, para dar resposta a tais solicitações.

**Para uma segunda intervenção, usou da palavra a Membro Fátima Renovato**, para dizer que a Entidade Reguladora não impunha nada, mas sim recomendava ao Município o aumento da taxa, e este só acolhia a recomendação se assim o entendesse.

Quanto à parte desportiva, referiu que aquilo que o Sr. Presidente da Câmara e ela própria haviam dito era verdade, porque o que ela tinha sugerido era a construção de um pavilhão que tivesse em conta todas as modalidades, convívios e intercâmbios desportivos. Referiu, ainda, que os pequenos pavilhões eram utilizados para treinos, estando alguns deles em mau estado.

**O Sr. Presidente da Câmara**, para responder à oradora anterior, referiu que a Sr.<sup>a</sup> membro Fátima Renovato deveria saber quais as competências e a forma como a Entidade Reguladora condicionava a atividade dos municípios.

Quanto à parte desportiva, disse que todos desejavam melhores condições e que não se tinha apercebido que a sugestão da Sr.<sup>a</sup> membro era a construção de um pavilhão multiusos para variadíssimas atividades.

Terminou, dizendo que a CM tudo faria para conseguir construir o dito pavilhão, dado que era algo que a cidade precisava e merecia.

#### **PONTO 4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**

##### **PONTO 4.2.1 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2018 e Proposta de Aplicação de Resultados.**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

#### **“ I - CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezassete de abril do ano de dois mil e dezanove, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva e Miguel José Abrunhosa Martins, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2018 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Em cumprimento do estabelecido na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, pelo Sr. Presidente da Câmara foram presentes os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2018, previamente distribuídos aos Senhores Vereadores, elaborados no âmbito do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações que lhe foram introduzidas e de acordo as resoluções emanadas pelo Tribunal de Contas, nomeadamente a Resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, alterada pela Resolução n.º 6/2013 - 2.ª Secção, e a Resolução n.º 7/2019, de 9 de janeiro, atendendo ao preceituado no alínea m), n.º 1, do artigos 51.º, e do artigo 52.º, ambos da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual. Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Os documentos em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001, do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando tal solicitada. Destes não constam mapas dos Ativos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do POCAL) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

O Balanço do ano de 2018 apresenta um ativo líquido no valor de 220.896.545,05 euros, registando os fundos próprios e o passivo de igual montante. A Demonstração de Resultados apresenta custos na ordem dos 33.504.397,40 euros e proveitos no montante de 35.831.116,44 euros, originando um Resultado Líquido do Exercício positivo de

2.326.719,04 euros. No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

Este mapa apresenta, na gerência de 2018, os seguintes valores:

- Um total de recebimentos no valor de 41.786.659,53 euros, que compreendem 8.697.120,08 euros do saldo da gerência anterior, 31.505.391,38 euros de receita orçamental (receitas correntes no montante de 29.388.130,38 euros, receitas de capital no montante de 2.089.426,60 euros e o valor de 27.834,40 euros relativo a outras receitas) e 1.584.148,07 euros, de operações de tesouraria.
- Foram efetuados pagamentos no valor total de 32.755.340,92 euros, correspondendo 31.000.257,13 euros a despesas orçamentais (despesas correntes no montante de 22.808.251,80 euros e 8.192.005,33 euros de despesas de capital), e 1.755.083,79 euros, relativos a operações de tesouraria.
- Evidencia um saldo de 9.031.318,61 euros, a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o seu valor de 7.464.675,25 euros referente à execução orçamental e 1.566.643,36 euros referente a operações de tesouraria.

Assim, propõe-se a aprovação dos Documentos de Prestação de Contas, bem como a aprovação da proposta da aplicação do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 2.326.719,04 euros, da seguinte forma: constituição de Reservas Legais no valor de 116.335,95 euros e o restante no valor de 2.210.383,09 euros para reforço do Património.

Mais se propõe que, nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, os Documentos de Prestação de Contas e a proposta da aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2018 sejam submetidos para apreciação e votação da Assembleia Municipal, respetivamente, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

**De seguida, o Sr. Presidente apresentou o documento Relatório e Contas 2018**

“Toda a força será fraca, se não estiver unida.” (Jean de La Fontaine)

Com o contributo e envolvimento de todos, o ano de 2018 continuou a ser pautado pela afirmação de Bragança, no contexto nacional e regional.

Prosseguimos, dia após dia, a nossa missão e os compromissos assumidos com os diferentes stakeholders, que diariamente interagem com o município, no sentido de construção de um território mais atrativo para Viver, Visitar e Investir, através da concretização de ações inovadoras, inteligentes, inclusivas, sustentáveis e de desenvolvimento integrado.

É amplamente reconhecido que Bragança é um território muito dinâmico, com uma excelente qualidade de vida e diversidade cultural, que surpreende quem nos visita.

Porque entendemos o desenvolvimento sustentável como garante de um concelho melhor, a nossa estratégia continuou centrada em quatro pilares orientadores: Gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão; Coesão Social; Desenvolvimento Económico e Competitividade; e Reabilitação Urbana.

Assim, procurámos ativamente novas oportunidades em todos os pilares estratégicos. Destaco algumas delas:

- ✓ Mantivemos o rigor, contenção, disciplina, sentido de responsabilidade e transparência na gestão, garantindo a sustentabilidade e equilíbrio das contas municipais, com diminuição gradual do endividamento e pagamento de fornecedores em tempo útil.
- ✓ Investimos em projetos de modernização administrativa e tecnológica, centrados em princípios de simplificação, eficiência e transparência, visando melhorar a qualidade e acessibilidade aos serviços, tornando-os mais próximos dos cidadãos.
- ✓ Continuámos atentos à coesão social, pelo que implementámos ações, projetos e iniciativas capazes de garantir iguais oportunidades para todos e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente dos mais carenciados e desfavorecidos.

- ✓ Desenvolvemos uma agenda de eventos, de todos e para todos, potenciando um território de elevada densidade cultural.
- ✓ Prosseguimos o princípio de desporto para todos, com atividades e eventos em várias modalidades, desde o pedestrianismo, à natação, à corrida, ao hóquei, ao basquetebol, ao voleibol, ao futebol ou ao ciclismo, contribuindo para a promoção de estilos de vida saudáveis e, ainda, para a dinamização da economia local e turismo. Ao nível das infraestruturas, iniciámos a construção de um novo pavilhão desportivo, num investimento superior a um milhão de euros, por forma a dar resposta à crescente procura por parte dos clubes, na dimensão da formação de jovens.
- ✓ Na área da promoção económica, inaugurámos a nova Área de Acolhimento Empresarial, com 46 lotes e um investimento superior a três milhões de euros, que contou com a honrosa presença de Sua Excelência o Presidente da República.
- ✓ Dinamizámos a economia local e promovemos o turismo, com a realização de grandes eventos, destacando, pelo impacto gerado, dois deles: Bragança Terra Natal e de Sonhos e o Bragança Granfondo.
- ✓ Investimos no meio rural, criando melhores condições e, conseqüentemente, mais qualidade de vida às populações, contribuindo para a necessária coesão territorial.
- ✓ Continuámos a executar e projetar a reabilitação urbana, com projetos inovadores e de valor acrescentado, que no médio e longo prazos trarão mais modernidade à cidade e qualidade de vida aos cidadãos.

Ao nível financeiro e de modo sintetizado destaque para os seguintes resultados:

- ✓ O município de Bragança apresenta uma taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança líquida, face às dotações corrigidas de 87,83%;
- ✓ As receitas (brutas) de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as previsões corrigidas de 28,02% e 100,48%, respetivamente;
- ✓ O aumento da receita corrente em 2,08%, ou seja, cerca de 600 mil euros, face ao ano de 2017;

- ✓ As despesas de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as dotações corrigidas de 45,24% e 89,07%, respetivamente;
- ✓ As despesas realizadas com pessoal atingiram cerca de 7,2 milhões de euros, registando um aumento de 7,21% em relação ao ano de 2017. As despesas com pessoal representam 31,58% das despesas correntes e 23,24% das despesas totais;
- ✓ Os juros e outros encargos decresceram, face a 2017, 12,48%, ou seja, de 13 mil euros;
- ✓ Os passivos financeiros revelam uma diminuição, comparativamente a 2017, de 31,13%, ou seja, cerca de 230 mil euros;
- ✓ As receitas correntes superaram em 7,5 milhões de euros as despesas correntes, suportando a totalidade do investimento;
- ✓ A concretização de um prazo médio de pagamento a fornecedores de 5 dias;
- ✓ A redução da dívida a terceiros, relativamente a 2017, em 18,99%, ou seja, em 1,3 milhões de euros. Em 31.12.2018 a dívida de médio e longo prazos fixou-se em 2,8 milhões de euros e a dívida de curto prazo fixou-se em 2,9 milhões de euros;
- ✓ O cumprimento do limite da dívida face ao imposto pela lei em vigor, com uma margem disponível de 8,6 milhões de euros;
- ✓ O resultado líquido do exercício económico de 2018 é de 2,3 milhões de euros.

Termino com uma mensagem de reconhecimento e agradecimento a todos os dirigentes e trabalhadores do Município (o maior ativo da instituição), pela atitude de elevado sentido de responsabilidade, zelando pelo que é de todos, com muito profissionalismo e empenho, assim como aos restantes Stakeholders que interagem com esta instituição. Aos Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesias, pela dedicação e atitude positiva, pela ajuda que nos concedem na resolução dos problemas e anseios das respetivas populações; às Forças Vivas locais com as quais mantivemos uma relação de proximidade e cooperação; aos Fornecedores pelo bom relacionamento comercial e cumprimento dos prazos; aos Turistas, por terem escolhido este destino de excelência, para usufruírem da nossa hospitalidade, património, natureza e gastronomia únicas.

Porque queremos chegar mais longe e sendo Bragança um território perto, de TODOS para TODOS, juntos continuaremos a construir um melhor Município.

A todos, um muito obrigado.”

Após a apresentação, o Sr. Presidente, colocou o assunto à discussão e votação.

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor dos Srs. Presidente, e Vereadores, Paulo Xavier, Fernanda Silva e Miguel Abrunhosa, e uma abstenção do Sr. Vereador, Carlos Guerra, aprovar o Documento de Prestação de Contas relativo ao ano de exercício de 2018, bem como aprovar a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.

Mais foi deliberado, por unanimidade, e nos termos propostos, submeter o Documento de Prestação de Contas para apreciação e votação da Assembleia Municipal, bem como deliberar sobre a proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2018.”

#### **Declaração de voto apresentada pelo Sr. Vereador, Carlos Guerra**

“Antes de mais importa referir que, em causa, está um documento de natureza eminentemente técnico, de natureza contabilística, com extração e cunho político diminuto, referente ao exercício de consolidação de contas, que foi objeto de parecer e relatório de gestão, com certificação dos mesmos, por um Revisor Oficial de Contas, de acordo com os princípios e normas contabilísticas e de controlo interno vigentes, e com respeito pelos princípios da verdade e sinceridade das demonstrações financeiras e integralidade das transações subjacentes, razão pela qual não existem fundamentos pertinentes que ponham em causa a demonstração de resultados apresentada.

Não significa isto que deixaremos de registar alguns factos motivadores de apreensão, e que, resumidamente, se elencam nos seguintes termos:

1- Acompanhamos o Ênfase colocado pelo Revisor Oficial de Contas na constituição de uma provisão no valor de cerca de 12.117.464,27€ referente a uma faturação da empresa "Águas do Norte, S.A", impugnada pela Câmara no TAF Mirandela, o que a, confirmar-se, é suscetível de provocar impacto muito negativo nas contas do Município.

2- No que se refere ao Inventário e respetiva avaliação do património imobiliário e das infraestruturas do Município cuja aquisição é anterior a 2002, e cita-se do Relatório de Gestão *"...as análises efetuadas não permitem concluir que o património se encontre integralmente registado, facto que implicaria, por montante não possível de determinar, o acréscimo dos ativos, dos fundos patrimoniais e correspondentes custos do exercício. Deste modo, não nos podemos pronunciar e não nos pronunciamos quanto aos efeitos destas situações nos ativos, passivos, fundos próprios e resultados do período."*

Tal excerto do relatório de gestão constitui base para opinião com reservas do revisor oficial de contas, devendo esta situação ser ultrapassada tão depressa quanto possível, a fim de podermos dispor de um instrumento de gestão económico-financeira eficiente e completo e permitir o conhecimento total do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais, o que no caso presente se encontra prejudicado.

Neste sentido, A Vereação eleita pelo Partido Socialista apresenta voto de Abstenção."

#### **Declaração de voto apresentada pelo Sr. Vereador, Paulo Xavier**

"Como já tem sido hábito nos últimos anos o executivo camarário focou-se no ano de 2018 em quatro pilares estratégicos, dando especial atenção à coesão social, desenvolvimento económico e reabilitação urbana.

A este nível foco-me especificamente:

- No reforço da comparticipação no que concerne às refeições e manuais escolares;
- Na promoção de ações de melhoria da sustentabilidade e ambiente;
- Na promoção do desporto, saúde e bem-estar com a organização de diversas atividades desportivas, rentabilizando os diversos equipamentos disponíveis;
- A promoção económica e turística do município através de diversas feiras, visitas guiadas e candidaturas com o objetivo final de valorizar o turismo no interior;

- O contínuo apoio à reabilitação urbana, ao nível das empreitadas realizadas ou ainda a decorrer, resultados muito positivos.

Do ponto de vista financeiro podemos destacar o seguinte:

- O bom nível de execução das receitas, que se situou nos 88%;
- O aumento de 2%, em relação a 2018, das receitas correntes;
- Uma diminuição global da despesa em cerca de 5%, motivada particularmente pela despesa de capital
- Ao nível da estrutura da despesa, esta foi realizada principalmente na aquisição de bens e serviços;
- Uma redução de 18,99% no endividamento de curto, medio e longo prazo, no período de 2017 a 2018. Esta redução mais que duplicou quando comparada com o período anterior.
- A 31 de Dezembro de 2018 a dívida total do município, obteve uma redução de 19,79% e um aumento da margem disponível por utilizar para cerca de 8,5M€;
- Por fim os resultados líquidos do exercício registaram face ao ano anterior um aumento para 2,5M€, ou seja, um acréscimo de 123% face ao ano anterior. Cerca de 95% deste valor será utilizado no reforço do património.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 17 de abril de 2019.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

## II – Anexo I

Relatório e Contas 2018”

**O Sr. Presidente da Câmara** completou a informação relativa a este ponto, através da seguinte apresentação em “powerpoint”:



## Apresentação de Resultados 2018



- ✓ **Volume de Receita:** 38,46 milhões €
- ✓ **Volume de Despesa:** 31,00 milhões €
- ✓ **Execução do orçamento da receita:** 87,99%
- ✓ **Execução do orçamento da despesa:** 70,92%
- ✓ **Resultado Líquido Exercício:** 2,3 milhões €
- ✓ **Prazo médio de pagamentos:** 5 dias
- ✓ **Redução da Dívida Global:** 1,30 milhões € (- 18,24%), comparativamente a 2017

36

## Apresentação de Resultados 2018



Receitas Correntes	2016	2017	2018	Variação	
				2016-2017	2017-2018
Impostos directos	5 589 823,10	5 780 449,90	6 173 238,59	3,41%	6,80%
Impostos indirectos	129 460,69	130 490,80	207 644,62	0,80%	59,13%
Taxas, multas e outras penalidades	1 764 505,86	1 756 064,07	1 611 827,58	-0,48%	-8,21%
Rendimentos de propriedade	2 259 477,72	1 822 336,39	1 385 342,22	-19,35%	-23,98%
Transferências correntes	13 186 413,66	13 519 295,18	13 791 706,13	2,52%	2,01%
Venda de bens e serviços correntes	6 240 768,49	5 539 001,32	5 996 332,67	-11,24%	8,26%
Outras receitas correntes	52 159,08	240 412,38	222 038,57	360,92%	-7,64%
<b>Total</b>	<b>29 222 608,60</b>	<b>28 788 050,04</b>	<b>29 388 130,38</b>	<b>-1,49%</b>	<b>2,08%</b>

Valores em euros

Aumento global de 2,08% (+ 600.080 €), face ao ano de 2017.

37

## Apresentação de Resultados 2018



Receitas de Capital	2016	2017	2018	Variação	
				2016-2017	2017-2018
Venda de bens de investimento	60 767,70	1 527,88	132 854,72	-97,49%	8595,36%
Transferências de capital	3 181 092,35	2 237 657,16	1 956 571,88	-29,66%	-12,56%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	-	-
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	-	-
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	-	-
<b>Total</b>	<b>3 241 860,05</b>	<b>2 239 185,04</b>	<b>2 089 426,60</b>	<b>-30,93%</b>	<b>-6,69%</b>

Valores em euros

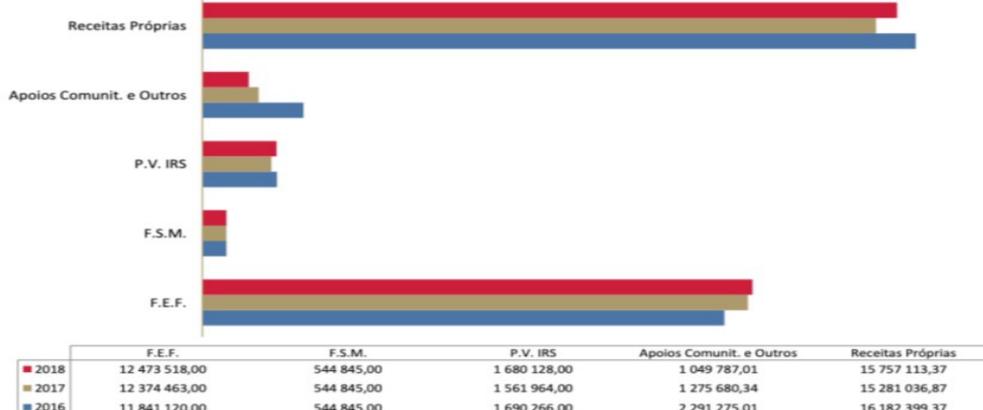
Redução global de 6,69% (-149.758€), face ao ano de 2017.

38

## Apresentação de Resultados 2018



### Estrutura das receitas totais por agregados

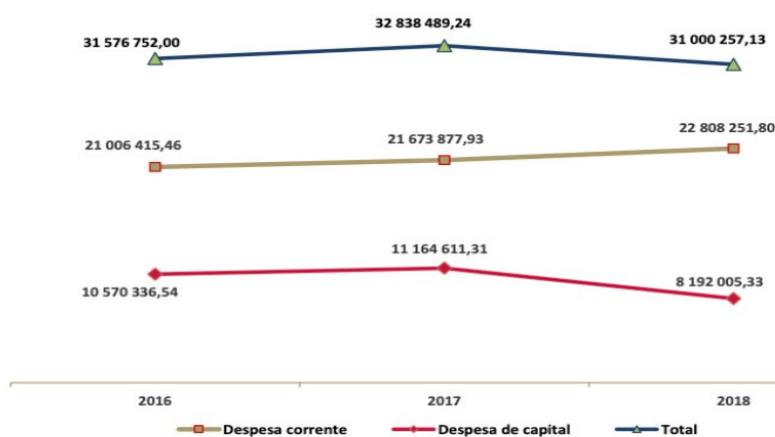


39

## Apresentação de Resultados 2018



### Despesas correntes, de capital e total



40

## Apresentação de Resultados 2018



Despesas Correntes	2016	2017	2018	Variação	
				2016-2017	2017-2018
Despesas com o pessoal	6 724 963,49	6 719 274,64	7 203 864,12	-0,08%	7,21%
Aquisição de bens e serviços	12 608 497,35	12 676 037,33	13 101 294,48	0,54%	3,35%
Juros e outros encargos	126 252,16	106 055,51	92 816,67	-16,00%	-12,48%
Transferências correntes	1 172 331,38	1 771 799,20	1 917 497,22	51,13%	8,22%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	-	-
Outras despesas correntes	374 371,08	400 711,25	492 779,31	7,04%	22,98%
<b>Total</b>	<b>21 006 415,46</b>	<b>21 673 877,93</b>	<b>22 808 251,80</b>	<b>3,18%</b>	<b>5,23%</b>

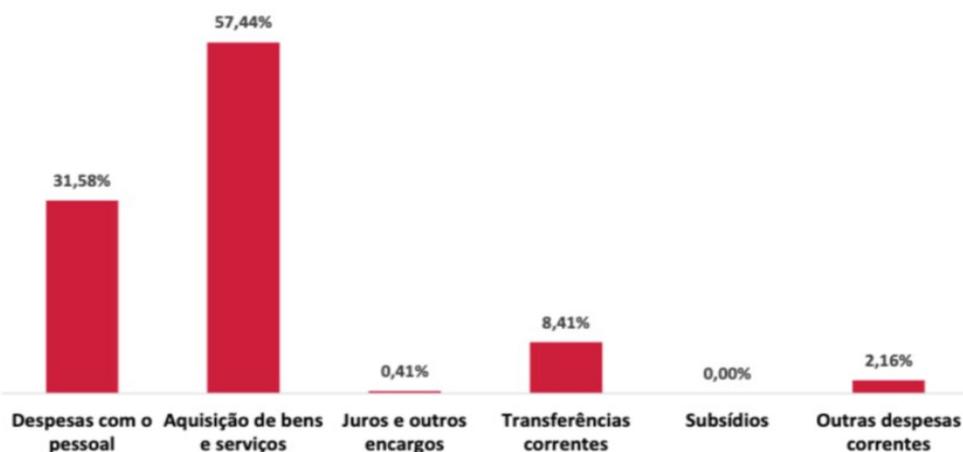
Valores em euros

41

## Apresentação de Resultados 2018



Estrutura das despesas correntes (%) no ano de 2018



42

## Apresentação de Resultados 2018



Evolução das despesas de capital por classificação económica (2016-2018)

Despesas de Capital	2016	2017	2018	Variação	
				2016-2017	2017-2018
Aquisição de bens de capital	6 769 353,54	8 063 263,49	6 030 423,31	19,11%	-25,21%
Transferências de capital	2 488 870,86	2 148 215,00	1 491 994,39	-13,69%	-30,55%
Ativos financeiros	245 169,00	215 169,00	161 377,75	-12,24%	-25,00%
Passivos financeiros	1 066 943,14	737 963,82	508 209,88	-30,83%	-31,13%
<b>Total</b>	<b>10 570 336,54</b>	<b>11 164 611,31</b>	<b>8 192 005,33</b>	<b>5,62%</b>	<b>-26,63%</b>

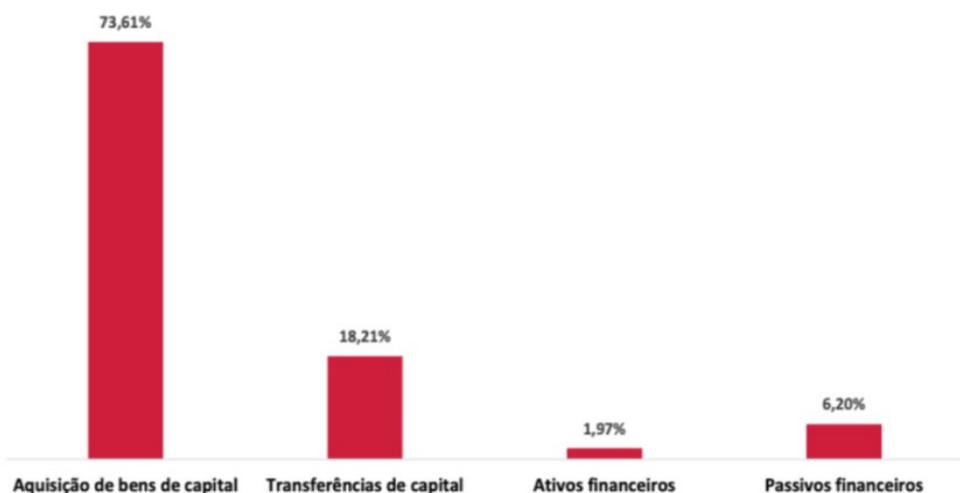
Valores em euros

43

## Apresentação de Resultados 2018



Estrutura das despesas de capital (%) no ano de 2018

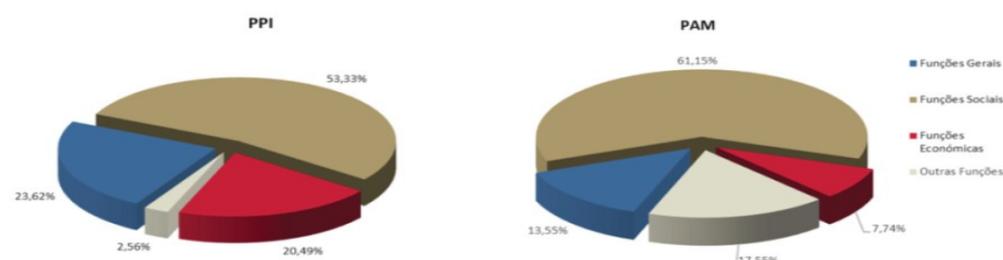


44

## Apresentação de Resultados 2018



Repartição funcional das GOP's no ano de 2018



As funções sociais representam 55,29% das despesas, absorvendo a maior parte do investimento (4.656.983,89€), essencialmente direcionadas: 61,93% para habitação e serviços coletivos (17,41% no âmbito da habitação e 20,31% para o ordenamento do território) e 24,66%, para serviços culturais, recreativos e religiosos.

45

## Apresentação de Resultados 2018



### Repartição funcional das GOP's no ano de 2018

As funções económicas absorveram 17,30% do valor executado (1.456.640,82€), sendo consumida a maior fatia pelos transportes e comunicações (63,57%), seguido da indústria e energia (18,15%).

As funções gerais representam 21,09% das GOP repartidas pelas correspondentes áreas de intervenção, administração geral e segurança e ordem pública, com 83,48% e 16,52%, respetivamente.

46

## Apresentação de Resultados 2018



### Estrutura e evolução da dívida a terceiros

Dívidas a terceiros	2016	2017	2018	Evolução no período	
				2016-2017	2017-2018
<b>Médio e longo prazos</b>	<b>4.372.083,08</b>	<b>3.677.187,14</b>	<b>2.763.502,44</b>	<b>-15,89%</b>	<b>-24,85%</b>
Instituições financeiras	3.511.403,83	3.031.676,89	2.709.710,19	-13,66%	-10,62%
Fornecedores de Imobilizado c/c	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outros credores	860.679,25	645.510,25	53.792,25	-25,00%	-91,67%
<b>Curto prazo</b>	<b>3.100.012,02</b>	<b>3.253.989,12</b>	<b>2.851.179,33</b>	<b>4,97%</b>	<b>-12,38%</b>
Instituições Financeiras	713.073,50	479.611,10	321.963,44	-32,74%	-32,87%
Fornecedores c/c	77.586,74	89.072,94	32.265,88	14,80%	-63,78%
Fornecedores - faturas em receção e conferência	356.707,21	577.102,95	637.702,27	61,79%	10,50%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	13.103,28	13.103,28	13.103,28	0,00%	0,00%
Fornecedores de imobilizado c/c	39.097,82	17.881,70	9.577,85	-54,26%	-46,44%
Estado e outros entes públicos	183.369,93	194.169,80	229.860,28	5,89%	18,38%
Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outros credores	237.448,06	237.956,58	137.095,83	0,21%	-42,39%
Credores de cauções	1.479.625,48	1.645.090,77	1.469.610,50	11,18%	-10,67%
<b>TOTAL</b>	<b>7.472.095,10</b>	<b>6.931.176,26</b>	<b>5.614.681,77</b>	<b>-7,24%</b>	<b>-18,99%</b>

Valores em euros

Em termos absolutos, a redução da dívida ascende a 1.316.494,49€ (-18,99%), influenciada pelo comportamento da dívida de MLP que apresenta uma diminuição de 913.684,70€, ou seja, 24,85%.

47

## Apresentação de Resultados 2018



Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part.	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
42.945.296	01-01-2018						
	6.931.176	512.786	7.443.963	4.845.704		38.099.592	7.619.918
	31-12-2018						
	5.614.682	511.603	6.126.285	3.886.662		39.058.635	7.811.727
Variação da Dívida %							-19,79%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							8.578.961

Valores em euros

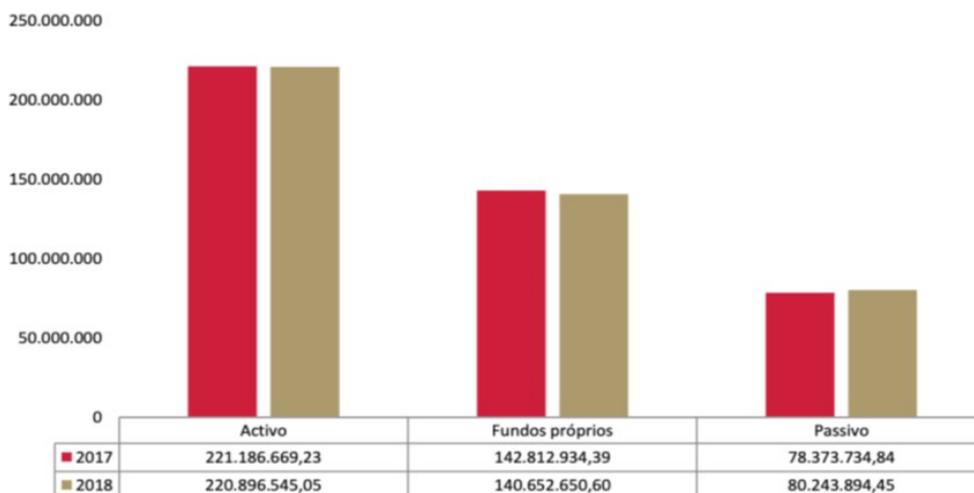
Margem Disponível por utilizar: 8.578.961€

48

## Apresentação de Resultados 2018



### Evolução do Balanço

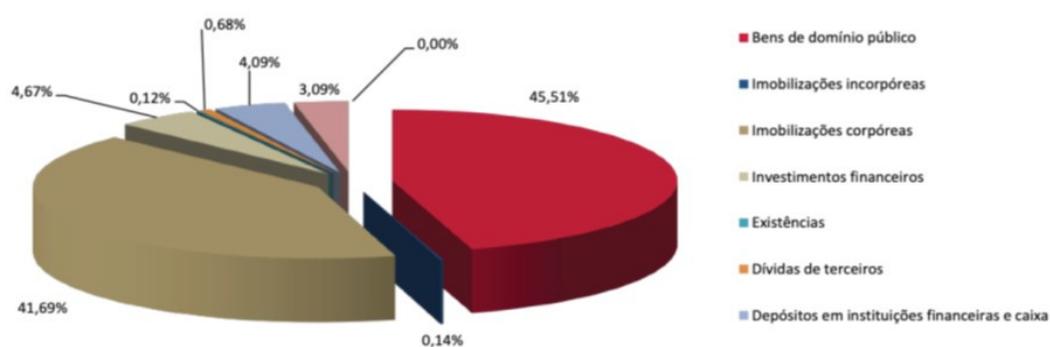


49

## Apresentação de Resultados 2018



### Estrutura do Ativo

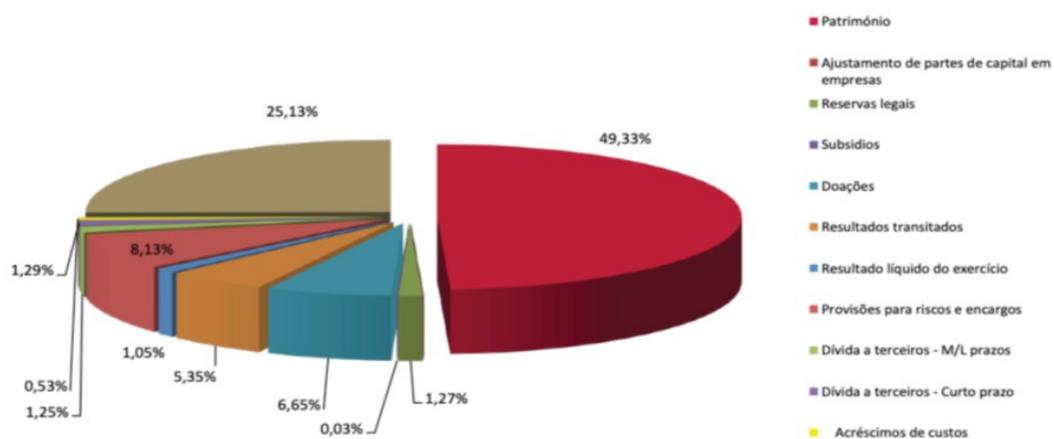


50

## Apresentação de Resultados 2018



### Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo



51

## REDUZIMOS o endividamento global

## FORTALECEMOS a estrutura de capitais

por via da execução rigorosa de programas de melhoria e eficiência, mantendo a qualidade dos serviços prestados.

52

## CONCRETIZÁMOS progressos relevantes

nos 4 vetores fundamentais da estratégia definida pelo Executivo, com ações inovadoras, sustentáveis e de desenvolvimento integrado, através do diálogo e proximidade com todos os agentes económicos, sempre com **as pessoas em primeiro**.

53

## ELEVÁMOS

o sentimento de pertença e o orgulho  
brigantino

## PROMOVEMOS

a marca Bragança e o turismo

## DINAMIZÁMOS

a economia local

54

## MANTIVEMOS

**o nossa elevada responsabilidade social**

Valorizando os colaboradores, construindo um modelo de desenvolvimento sustentável, trabalhando com e para a comunidade, com responsabilidade e confiança.

55

**Solicitaram esclarecimentos** os membros Luís Dias (PS), António Malhão (PSD) e Nuno Diz (PJF do Parâmio).

**Luís Dias** – Começou por louvar a situação económica e financeira da CMB, e, de seguida, colocou as seguintes questões:

Referindo-se ao n.º 7 do Relatório do Auditor Externo, perguntou a que se devia o défice de receita com participação comunitária em projetos cofinanciados;

Relativamente ao n.º 13 do acima citado Relatório, quis saber da situação atual do processo em contencioso com a Sociedade Águas do Norte, e perguntou se não seria possível chegar-se a um acordo, para resolver tal situação.

Quanto ao saldo de gerência transitado para 2019, nove milhões de euros, referiu que era um aspeto contabilístico muito positivo, e perguntou se uma parte significativa daquele valor não poderia ser investido no aumento de mais qualidade de vida dos Bragançanos, e tornar o concelho mais atrativo para fixar pessoas.

Dado o excedente financeiro, perguntou se a CM tinha necessidade de reter o dinheiro pago a título de participação no IRS, e se não poderia reduzi-lo, ou, até, devolvê-lo na totalidade.

Terminou, perguntando se a CM tinha realizado estudos de impacto económico, fazendo comparações entre cidades em situação parecida com a de Bragança, até noutros sítios da Europa. Referiu que a CM deveria pedir apoio técnico e científico ao IPB sobre tais questões, porque o IPB tinha docentes e alunos de mestrado que podiam fazer aquele tipo de trabalho nas suas teses.

**António Malhão** – Relativamente aos processos litigiosos pendentes, perguntou qual era o ponto da situação, qual era o plano de contingência, e se tal situação iria atrapalhar, no caso de um cenário mais pessimista, a execução dos projetos em curso e o equilíbrio financeiro do município.

**Nuno Diz** - Relativamente à agricultura, disse ter ficado triste com o fraco, ou nulo, investimento na agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, porque a execução tinha sido zero, tal como no ano anterior. Disse que não era uma crítica, mas que se deveria

apostar mais naquele setor vital para a economia do concelho, sendo necessário algo mobilizador/motivador para trabalhar mais naquela área.

**Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões que lhe tinham sido formuladas.

Respondendo ao membro Luís Dias, referiu que a menor execução de projetos cofinanciados por fundos comunitários, assumida pela CM, se devia ao facto de ter havido dificuldade na execução dos fundos comunitários, nomeadamente naquilo que tinha a ver com a resposta do tecido empresarial para conseguir executar as obras, sendo que aquilo que estava previsto executar em 2018, pela sua não concretização, não havia sido possível arrecadar dinheiro desses fundos.

Referiu, ainda, que se previa uma maior capacidade de resposta, e que em 2019 e 2020 seria recuperado tudo aquilo que não se tinha realizado, sendo que o problema era transversal a todo o país, estando já identificado e reconhecido pelo Governo, nomeadamente pelo Ministro Nelson de Sousa.

Quanto aos custos dos processos em contencioso, e respondendo aos srs. membros Luís Dias e Sr. António Malhão, referiu que havia alguns processos em contencioso, nomeadamente aqueles que tinham a ver com a execução do parque de estacionamento do Fórum do Shopping, contencioso esse no valor de cinco milhões de euros, processo que se arrastava há vários anos, por falta de celeridade na Justiça, e que o Município continuava a aguardar o desfecho do processo, defendendo a sua posição.

Mais referiu que um dos processos, no valor de um milhão de euros, já havia sido resolvido em favor do Município de Bragança.

Quanto às Águas do Norte, informou que o Município reclamava a questão da não instalação da sede em Bragança, o que tinha sido acordado, conforme constava nos estatutos da, na altura, Associação Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD), pelo que havia sido violado o acordo anteriormente feito, sendo que a nova empresa não tinha legitimidade para fazer exigências ao Município de Bragança, e que o Município também podia reclamar dinheiro da entidade Águas do Norte, pelo trabalho técnico que havia mandado fazer, tendo valores concretos dos prejuízos pela não instalação da entidade no território de Bragança.

Relativamente ao Saldo de Gerência, referiu que as verbas, mais ou menos seis milhões de euros, estando afetas a determinados projetos, não poderiam ser aplicadas noutros.

Na questão do apoio técnico e científico do IPB, referiu que a CM ia solicitando colaboração, não ao nível de estudos aprofundados dentro da área referida pelo Sr. Membro Luís dias, mas que, se fosse oportuno, tais estudos seriam solicitados.

Respondendo ao Sr. Presidente da Junta do Parâmio, referiu que além dos apoios a criadores de bovinos, ovinos, caprinos, e associações de criadores de cães de gado, os trabalhos realizados com a maquinaria do Município também eram considerados apoios à agricultura, frisando o investimento substancial e importante feito pelo Município relativamente às charcas, e aos projetos financiados também pelo Município para as novas barragens a construir, no valor de milhares de euros.

**INTERVALO PARA ALMOÇO** – Finda a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, em resposta aos esclarecimentos solicitados, quando eram doze horas e cinquenta minutos, foi, pelo Sr. Presidente da Mesa, interrompida a sessão, para almoço, cujo reinício ocorreu, depois de verificada a existência de quórum, às catorze horas e quarenta minutos, com a **intervenção da membro Isabel Ribeiro (PSD)** sobre o PONTO 4.2.1- Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2018 e Proposta de Aplicação de Resultados.

**Isabel Ribeiro** – Referindo-se ao desempenho económico e financeiro do Município, no ano de 2018, frisou que os valores apresentados representavam boa execução na despesa e na receita, à semelhança do que se tinha verificado noutros municípios a nível nacional, pelo que se poderia considerar uma execução sólida, dado que as despesas de capital haviam sido superiores às receitas de capital, e que as despesas correntes tinham sido inferiores às receitas correntes, sendo que as receitas correntes tinham tido maior peso, comparativamente às receitas de capital, o que também se tinha verificado a nível nacional.

Referiu, ainda, que:

- o princípio contabilístico do equilíbrio orçamental havia sido respeitado, dado que as receitas correntes haviam superado as despesas correntes em 7,5 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 2,08% relativamente ao ano de 2017;

- Bragança registou o menor prazo médio de pagamentos, cinco dias, a nível nacional;
- o valor patrimonial teve uma diminuição pouco expressiva, e que, em contrapartida, havia uma diminuição da dívida total do Município, especialmente a dívida de terceiros;
- os rácios tiveram uma boa liquidez, frisando que o endividamento municipal estava dentro da lei;

Salientou as posições em que Bragança se encontrava nos rankings a nível nacional, bem como os eventos mais importantes realizados, e os vários apoios prestados pela Câmara Municipal.

Terminou, deixando um agradecimento ao executivo municipal e a todos os envolvidos na promoção/divulgação/crescimento e desenvolvimento do Município de Bragança, bem como a todos aqueles que, com os seus produtos/serviços/saberes e boas práticas, se faziam notar dentro e fora do território de Bragança.

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria absoluta, com um voto contra da CDU, treze abstenções e quarenta e sete votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e um membros presentes.**

**Fizeram declaração de voto** os membros Dinis Costa (PS) e Fátima Bento (CDU).

**Dinis Costa** – “Trata-se de justificar o voto de abstenção do Partido Socialista. O voto de abstenção tinha que ser exatamente aquele que foi no mandato anterior, relativamente à prestação de contas relativo ao exercício anterior, porque nada se alterou, seria, aliás, uma incongruência política difícil de explicar, essa sim, a justificar várias declarações de voto, se, eventualmente, o PS viesse, aqui, votar de maneira diferente do que votou no documento de prestação de contas relativo ao exercício de 2018. Esta é a notícia que deve ser dada, mas isto demonstra, ou tem como consequência, uma má notícia. É que, de fato, nada mudou, nada mudou que justificasse a alteração do posicionamento político do PS, e isso, em rigor, é uma má notícia, porque era suposto que nós, aqui, fôssemos confrontados com qualquer elemento de natureza estratégico que suscitasse uma alteração da posição do PS. Não! Mais do mesmo. Do ponto de vista do rigor legal de certificação da prestação de contas não existe qualquer fundamento que ponha em causa a demonstração dos resultados apresentados. É isto, é o que temos,

nós achamos que é pouco, nós achamos que está aquém, mas é o que está, e sendo o que está, está em conformidade com as normas regimentais. Há de haver um momento em que nós vamos conseguir impelir uma alteração da política no Município, ainda não é o momento. Nesse circunstancialismo o voto tinha que ser o da abstenção.”

**Fátima Bento** – “Boa tarde a todos. A CDU votou contra, como tem feito, não estamos a pôr em causa a validade técnica do documento, trata-se de um voto político, uma vez que o orçamento refletido na prestação de contas reflete uma orientação política que não subscrevemos.”

#### **PONTO 4.2.2 - Proposta da Sexta Modificação – Segunda Revisão ao Orçamento Municipal da Receita; Segunda Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa e Segunda Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2019.**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

#### **“I - CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezassete de abril do ano de dois mil e dezanove, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva e Miguel José Abrunhosa Martins, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

#### **“PROPOSTA DA SEXTA MODIFICAÇÃO – SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA, SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA E SEGUNDA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2019**

Pelo Sr. Presidente foi presente a proposta da Segunda Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2019:

“As revisões ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

A proposta agora apresentada, de revisão, tem por base:

### Na ótica da Receita,

1. O aumento de Transferências de capital – FEDER, no valor de 1.050.000,00 euros, tem origem nos seguintes movimentos:

Classificação Económica	Designação	Operação	Valor previsto (Inicial)	Ajustamento ao orçamento da receita		Valor previsto (final)
				anulações	reforços	
10030701	Transferências de capital – FEDER	Requalificação e refuncionalização de edifício para implementação do Centro de Respostas Integradas	599.300	148.800		450.500
		Reabilitação de edifício na rua Combatentes da Grande Guerra para a instalação da Direção de Finanças e Delegação Aduaneira de Bragança	510.000	143.700		366.300
		Requalificação do jardim António José de Almeida - Centro de Artesanato	42.500	42.500		-
		Valorização e promoção do património religioso da diocese de Bragança e Miranda	28.000	28.000		-
		Valorização turística da Linha do Tua - Troço de Bragança	497.000	87.000		410.000
		Operação de ampliação do Parque Industrial das Cantárias			1.500.000	
<b>TOTAL</b>			1.676.800	450.000	1.500.000	2.726.800

### Na ótica da Despesa,

1. Inscrições/reforços no montante de 1.050.200,00 euros e diminuições/anulações no montante de 200,00 euros, que se encontram detalhados nos mapas anexos à modificação (orçamento de Despesa e Plano Plurianual de Investimentos).

O cumprimento da regra do equilíbrio aludido no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação, encontra-se garantido com a presente modificação e evidenciado no mapa seguinte:

Descrição	Orçamento de 2019 (Regra do Equilíbrio Orçamental)					
	Dotações corrigidas	Modificações Orçamentais				Dotação Seguinte
		Alteração		2.ª Revisão		
		Inscrição/ Reforço	Diminuições/ Anulações	Inscrição/ Reforço	Diminuições/ Anulação	
<b>A - Receitas correntes previstas</b>	29.272.800 €					29.272.800 €
<b>B - Receitas capital previstas</b>	12.154.900 €			1.050.000 €		13.204.900 €
<b>C - Outras Receitas</b>	7.500.975 €	- €	- €	- €	- €	7.500.975 €
C1 - Reposições não abatidas nos pagamentos	36.300 €					36.300 €
C2 - Saldo da gerência anterior (SGA)	7.464.675 €	- €	- €	- €	- €	7.464.675 €
C2.1 - SGA corrente	6.869.675 €					6.869.675 €
C2.1 - SGA capital	595.000 €					595.000 €
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	48.928.675 €	- €	- €	1.050.000 €	- €	49.978.675 €
<b>D - Despesas correntes previstas</b>	28.106.575 €	200 €	200 €			28.106.575 €
<b>E - Despesas capital previstas</b>	20.822.100 €			1.050.000 €		21.872.100 €
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	48.928.675 €	200 €	200 €	1.050.000 €	- €	49.978.675 €
<b>F - Amortização média dos EMLP</b>	338.655 €					338.655 €
<b>( A + C2.1 ) ≥ ( D + F )</b>	7.697.245 €	Cumprimento da regra do equilíbrio (artigo 40.º do RFALEI)				7.697.245 €

Assim, o orçamento municipal para o ano económico de 2019 teve, na Receita um aumento de 1.050.000,00 euros e na Despesa um aumento de 1.050.000,00 euros, apresentando uma dotação corrigida de 49.978.675,00 euros.

Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º e para efeitos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a aprovação pela Câmara Municipal, bem como a submissão da referida proposta para aprovação da Assembleia Municipal.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Segunda Revisão ao Orçamento Municipal, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipal para o ano de 2018, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 17 de abril de 2019.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

## II – Anexo II

- Modificação ao orçamento da despesa;
- Modificação ao orçamento da receita;
- Modificação ao plano plurianual de investimentos.”

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria absoluta, com zero votos contra, quinze votos de abstenção e quarenta e oito votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e três membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

### **PONTO 4.2.3 - Apoios às Juntas de Freguesia: Coelhoos, Serapicos e UF de S. Julião de Palácios e Deilão.**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

### **“CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de março do ano de dois mil e dezanove, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

### **“APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA**

Pelo Sr. Presidente foram presentes as seguintes propostas, depois de verificadas pela Divisão de Administração Financeira:

“A **Junta de Freguesia de Coelho** (NIPC 507 139 526) solicitou um apoio financeiro, no montante de 8.000,00 euros, para pavimentação da Rua de São Domingos, na aldeia de Coelho.

A presente despesa enquadra-se, no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2019, na rubrica 0102|08050102, projeto n.º 16 – “Apoio à requalificação das ruas e largos nas aldeias”, estando, em 06.03.2019, com saldo de cabimento disponível de 85.000,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 7.791.370,76 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 8.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 979/2019), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A **União das Freguesias de São Julião de Palácios e Deilão** (NIPC 510 839 819) solicitou um apoio financeiro, no montante de 3.000,00 euros, para a realização da 4.ª Feira Rural da Terra e da Gente da Lombada.

A presente despesa enquadra-se, no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2019, na rubrica 0102|04050102 – “Apoio à realização de feiras e certames” - Freguesias, estando, em 06.03.2019, com saldo de cabimento disponível de 85.000,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 7.791.370,76 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 3.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 980/2019), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A **Junta de Freguesia de Serapicos** (NIPC 507 214 366) solicitou um apoio financeiro, no montante de 13.500,00 euros, para construção de um muro de suporte, na Rua de Nossa Senhora do Aviso, em Serapicos.

A presente despesa enquadra-se, no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2019, na rubrica 0102|08050102, projeto n.º 16 – “Apoio à requalificação das ruas e largos nas aldeias”, estando, em 06.03.2019, com saldo de cabimento disponível de 85.000,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 7.791.370,76 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 13.500,00 euros (proposta de cabimento n.º 982/2019), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar as referidas propostas, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.

#### **Declaração de voto apresentada pelos Srs. Vereadores, Carlos Guerra e Nuno Moreno**

“NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS APOIOS FINANCEIROS ÀS JUNTAS:

A continuação de atribuição de apoios às freguesias do concelho de Bragança, de modo ad hoc e casuístico, sem regras ou regulamentação devidamente balizada e fundamentada, constituem uma prática pouco saudável e incompatível com os princípios democráticos mais evoluídos.

Aliás, estranha que no Código Regulamentar do Município de Bragança (Regulamento n.º 700/2016) conste na parte F do mesmo, a regulação dos procedimentos e critérios para a prestação de subsídios e concessão de apoios às Associações Desportivas, e, também, às Associações Culturais, Artísticas, Recreativas, e Humanitárias de Solidariedade Social, por forma a garantir uma maior transparência e controlo do uso dos recursos, dinheiros e apoios públicos às diversas entidades, e que o mesmo acolhimento e tratamento não tenha sido dispensado em relação à prestação de apoios às juntas de freguesia do concelho de Bragança, dada a natureza política e mais subjetiva, que é a que exige maior regulamentação.

## INSUFICIÊNCIA DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO:

O voto da Vereação PS tem sido sempre favorável aos apoios financeiros às juntas de freguesia, mas ainda sob reserva, pois, não obstante a aprovação em sede de reunião de Câmara de 22.10.2018 da proposta dos acordos de execução, estes, como oportunamente se referiu, são insuficientes, e o princípio da descentralização exige mais desta Câmara Municipal.

Os acordos de execução são acordos que a Lei obriga a celebrar para efetivar e operacionalizar a transferência de competências, a qual já resulta de delegação legal (cfr. artigo 132.º do regime jurídico das autarquias locais).

Contudo, importa mais, importa celebrar os contratos interadministrativos, ou seja, aqueles contratos que permitem transferir competências que não são obrigatórias transferir, mas que estão na faculdade da Câmara fazê-lo.

## (IN) OPORTUNIDADE POLITICA DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO NESTA FASE:

Os acordos de execução irão caducar assim que os diplomas sectoriais referentes à transferência de competências do Estado para as autarquias, entrarem em vigor, e forem aceites pela Câmara Municipal, pelo que politicamente, o desacerto e a inoportunidade na feitura destes acordos, são evidentes.

Face a tudo o exposto, apresenta-se o voto favorável da Vereação do PS à presente proposta, mas com as ressalvas acima explicitadas.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 17 de abril de 2019.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

Não houve pedidos de esclarecimentos.

**Fizeram intervenção** os membros António Anes (BE), Dinis Costa (PS), António Malhão (PSD) e António Baptista (PJF de Alfaião).

**António Anes** – Relativamente às verbas orçamentadas pelo Município e referenciadas como apoios às juntas de freguesia/uniões de freguesias, sugeriu aos seus

presidentes que apresentassem, na Assembleia Municipal, uma proposta ao executivo para que as verbas fossem transferidas proporcionalmente a cada junta de freguesia, baseadas no n.º de eleitores ou, eventualmente, nas áreas, excluindo as do meio urbano, dado que naquelas o Município tinha intervenções diretas e de valores que não se encontravam enquadrados naquelas rúbricas. Terminou, dizendo que era a forma mais democrática e de equidade para eleitos e eleitores, e, assim, acabaria a subserviência ao poder.

**Dinis Costa** – Alertou para a necessidade de alterar o paradigma instituído de financiamento das freguesias do Município, sob pena de se entrar numa incoerência inadmissível, e que, também o PS, em coerência com as posições, teria que votar de forma diferente.

Referindo-se a estes protocolos que a CM apresentava, ao abrigo da lei, (alínea o) do n.º 2, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) disse que os mesmos eram casuísticos e sem serem aferidos no contexto de um plano de financiamento que o PS gostaria de ver implementado. Referiu, ainda, que isto colocava as outras freguesias no mesmo nível de quaisquer outras entidades e organismos que são financiados pelas autarquias do país, situação essa que não se deveria verificar, mas que deveria, sim, verificar-se o constante na alínea m) do já citado artigo.

Terminou perguntando se este sistema de apoios financeiros às freguesias prosseguia o interesse público na componente defesa do interesse constitucional e da relevância do poder local no contexto da Constituição da República Portuguesa.

**António Malhão** – Contrariando a recorrente narrativa, ouvida na AM, de que o sistema de apoio às juntas de freguesia não estava bem, frisou que o Conselho de Bragança, em termos de espaço rural, estava qualificado ao nível do melhor que existia no país, o que não acontecia no passado. Destacou as sedes de junta de freguesia, as pavimentações, o abastecimento de água, a qualificação dos espaços, as áreas desportivas, os centros de convívio, como sendo um trabalho notável executado pelas juntas de freguesia, fruto da capacidade de realização, concretização e defesa das populações, por parte dos presidentes de junta e suas equipas, e da abertura e sensibilidade do executivo camarário para com as preocupações das pessoas.

**António Baptista** – Em consequência das intervenções anteriormente feitas, referiu que as juntas de freguesia eram financiadas através das reais necessidades que tinham, as quais eram acauteladas e discutidas entre todos os presidentes de junta de freguesia com as respetivas populações, e que as mesmas eram validadas em todos os atos eleitorais.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que a CM havia mantido o montante que já era atribuído às juntas de freguesia para despesas de capital, e que tinha reforçado esse montante com os acordos de execução.

Referiu que a CM recebia o que lhe cabia do Orçamento Geral do Estado, e que as juntas de freguesia também recebiam do FEF os montantes distribuídos a cada freguesia, com base em critérios próprios, critérios esses usados pela CM para celebração dos acordos de execução. Frisou que as Juntas de Freguesia recebiam do Orçamento Geral do Estado, recebiam verbas por conta dos acordos de execução celebrados e recebiam, ainda, aquilo que, pontualmente, era identificado como uma necessidade da freguesia.

Terminou, dizendo que a CM continuaria a apoiar o meio rural, através das juntas de freguesia, a fim de responder aos anseios e preocupações das comunidades.

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, zero votos de abstenção e sessenta e sete votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e oito membros presentes.**

**Fizeram declaração de voto** os membros Fátima Bento (CDU) e Dinis Costa (PS).

**Fátima Bento** – “O nosso voto contra nunca foi, nem nunca será, contra o financiamento das juntas de freguesia por parte do Município, tanto aqui, como em todo o país, debatemo-nos por mais financiamento para as juntas de freguesia, mas como continuamos alheios à forma como são processados estes apoios, nem podemos, sequer, avaliar se o seu financiamento é insuficiente ou não, ou muito longe do que o Sr. ou a Sra. Presidente de Junta foi solicitar ao Sr. Presidente de Câmara, dado o secretismo e a incapacidade de tonar este processo mais transparente e de mais fácil acesso para

todos os presidentes de junta, mantemos a nossa posição. Não podemos aceitar esta metodologia a granel pela sua falta de transparência e ausência de critério que não tem promovido o bom funcionamento e a autonomia das juntas de freguesia, e, conseqüentemente, o interesse das populações. O nosso voto nunca será, ou seja, será sempre um voto útil, para que se promova a mudança para uma justiça que, neste momento, as juntas de freguesia não têm, e esperamos que esta boa vontade demonstrada, aqui, pelo Sr. Presidente da Câmara, em ir de acordo às vossas necessidades, que nos permita alterar e a regulamentar esta forma de apoio.”

**Dinis Costa** – “O Grupo Municipal do PS, nesta Assembleia, entende que a forma como este financiamento é desencadeado, num contexto do Município de Bragança, viola, ainda que no espírito, o teor da Lei n.º 75/ 2013 e viola a Constituição da República Portuguesa. Por outro lado, temos consciência das necessidades práticas, não vivemos toda a vida.

O Sr. Presidentes de Junta de Coelhoso precisa de pavimentar a rua de São João de Domingos - era o que faltava! Se o PS fosse impeditivo de que a Rua de São João Domingos da aldeia de Coelhoso ficasse sem financiamento para ser pavimentada. Aqui está o nosso voto para permitir que a obra seja executada, o que não invalida que nós reiteremos o princípio, absolutamente essencial, do qual não abdicamos.

Esta formulação que está instituída no contexto de financiamento do Município para as freguesias, viola o espírito da Lei n.º 75/2013, viola a Constituição, e, do meu ponto de vista pessoal, não é digno da autonomia do poder local, um dia, mais breve do que tarde, os srs. presidentes de junta terão consciência disso.”

#### **PONTO 4.2.4 - Apoios às Juntas de Freguesia: Sortes, Rabal, Castro de Avelãs, Macedo do Mato, Espinhosela, Nogueira e Gostei.**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

#### **“CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia oito de abril do ano de dois mil e dezanove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

#### **“APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA**

Pelo Sr. Presidente foram presentes as seguintes propostas, depois de verificadas pela Divisão de Administração Financeira:

“A **Junta de Freguesia de Sortes** (NIPC 507172167) solicitou um apoio financeiro, no montante de 5.500,00 euros, para obras de requalificação de uma valeta e arranjo da rua em frente ao Cemitério de Sortes.

A presente despesa enquadra-se, no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2019, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, projeto n.º 16/2018 – Apoio à requalificação de ruas e largos nas aldeias, estando, em 02.04.2019, com um saldo disponível para cabimento de 63.500,00 euros. Os fundos disponíveis apresentam, à data, o montante de 7.081.108,99 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 5.500,00 euros (proposta de cabimento n.º 1333/2019), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

“A **Junta de Freguesia de Rabal** (NIPC 507164601) solicitou um apoio financeiro, no montante de 15.000,00 euros, para obras de requalificação de um Largo na aldeia (Parque da Ponte), em Rabal.

A presente despesa enquadra-se, no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2019, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, projeto n.º 16/2018 – Apoio à requalificação de ruas e largos nas aldeias, estando, em 02.04.2019, com um saldo

disponível para cabimento de 58.000,00 euros. Os fundos disponíveis apresentam, à data, o montante de 7.081.108,99 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 15.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 1334/2019), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

“A **Junta de Freguesia de Castro de Avelãs** (NIPC 507175247) solicitou um apoio financeiro, no montante de 45.000,00 euros, para conclusão das obras de requalificação da Casa do Povo de Fontes Barrosas (Centro de Convívio da aldeia).

A presente despesa enquadra-se, no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2019, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, projeto n.º 10/2018 – Apoio construção e requalificação de Centros de Convívio (Freguesias), estando, em 02.04.2019, com um saldo disponível para cabimento de 150.000,00 euros. Os fundos disponíveis apresentam, à data, o montante de 7.081.108,99 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 45.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 1335/2019), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

“A **Junta de Freguesia de Macedo do Mato** (NIPC 507152719) solicitou um apoio financeiro, no montante de 3.100,00 euros, para calcetamento da Travessa da Igreja, na aldeia de Frieira.

A presente despesa enquadra-se, no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2019, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, projeto n.º 16/2018 – Apoio à requalificação de ruas e largos nas aldeias, estando, em 02.04.2019, com um saldo

disponível para cabimento de 43.000,00 euros. Os fundos disponíveis apresentam, à data, o montante de 7.081.108,99 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 3.100,00 euros (proposta de cabimento n.º 1336/2019), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

“A **Junta de Freguesia de Espinhosela** (NIPC 507182073) solicitou um apoio financeiro, no montante de 18.000,00 euros, para calcetamento da Rua do Bairro de Baixo, em Espinhosela.

A presente despesa enquadra-se, no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2019, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, projeto n.º 16/2018 – Apoio à requalificação de ruas e largos nas aldeias, estando, em 02.04.2019, com um saldo disponível para cabimento de 39.900,00 euros. Os fundos disponíveis apresentam, à data, o montante de 7.081.108,99 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 18.000,00 euros (propostas de cabimento n.º 1337/2019 e n.º 1409/2019), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

“A **Junta de Freguesia de Nogueira** (NIPC 509006574) solicitou um apoio financeiro, no montante de 12.000,00 euros, para ampliação do cemitério de Nogueira.

A presente despesa enquadra-se, no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2019, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, projeto n.º 18/2018 – Apoio na realização de obras de beneficiação em vários cemitérios, estando, em 02.04.2019, com um saldo disponível para cabimento de 40.000,00 euros. Os fundos disponíveis apresentam, à data, o montante de 7.081.108,99 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 12.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 1338/2019), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

“A **Junta de Freguesia de Gostei** (NIPC 507213416) solicitou um apoio financeiro, no montante de 35.000,00 euros, para obras de requalificação das Escolas Primárias de Formil e de Gostei, no sentido da sua adaptação a Centros de Convívio.

A presente despesa enquadra-se, no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2019, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, projeto n.º 10/2018 – Apoio construção e requalificação de Centros de Convívio (Freguesias), estando, em 02.04.2019, com um saldo disponível para cabimento de 105.000,00 euros. Os fundos disponíveis apresentam, à data, o montante de 7.081.108,99 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 35.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 1339/2019), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.

**Declaração de voto apresentada pelos Srs. Vereadores, Carlos Guerra e Nuno Moreno**

“NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS APOIOS FINANCEIROS ÀS JUNTAS:

A continuação de atribuição de apoios às freguesias do concelho de Bragança, de modo ad hoc e casuístico, sem regras ou regulamentação devidamente balizada e

fundamentada, constituem uma prática pouco saudável e incompatível com os princípios democráticos mais evoluídos.

Aliás, estranha que no Código Regulamentar do Município de Bragança (Regulamento n.º 700/2016) conste na parte F do mesmo, a regulação dos procedimentos e critérios para a prestação de subsídios e concessão de apoios às Associações Desportivas, e, também, às Associações Culturais, Artísticas, Recreativas, e Humanitárias de Solidariedade Social, por forma a garantir uma maior transparência e controlo do uso dos recursos, dinheiros e apoios públicos às diversas entidades, e que o mesmo acolhimento e tratamento não tenha sido dispensado em relação à prestação de apoios às juntas de freguesia do concelho de Bragança, dada a natureza política e mais subjetiva, que é a que exige maior regulamentação.

#### INSUFICIÊNCIA DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO:

O voto da Vereação PS tem sido sempre favorável aos apoios financeiros às juntas de freguesia, mas ainda sob reserva, pois, não obstante a aprovação em sede de reunião de Câmara de 22.10.2018 da proposta dos acordos de execução, estes, como oportunamente se referiu, são insuficientes, e o princípio da descentralização exige mais desta Câmara Municipal.

Os acordos de execução são acordos que a Lei obriga a celebrar para efetivar e operacionalizar a transferência de competências, a qual já resulta de delegação legal (cfr. artigo 132.º do regime jurídico das autarquias locais).

Contudo, importa mais, importa celebrar os contratos interadministrativos, ou seja, aqueles contratos que permitem transferir competências que não são obrigatórias transferir, mas que estão na faculdade da Câmara fazê-lo.

#### (IN) OPORTUNIDADE POLITICA DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO NESTA FASE:

Os acordos de execução irão caducar assim que os diplomas sectoriais referentes à transferência de competências do Estado para as autarquias, entrarem em vigor, e forem aceites pela Câmara Municipal, pelo que politicamente, o desacerto e a inoportunidade na feitura destes acordos, são evidentes.

Face a tudo o exposto, apresenta-se o voto favorável da Vereação do PS à presente proposta, mas com as ressalvas acima explicitadas.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 17 de abril de 2019.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

Para uma nota introdutória, o **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra, tendo referido que não havia nada na lei que obrigasse o Município a entregar verbas às juntas de freguesia, e que, uma vez que continuamente reivindicavam apoios maiores às juntas de freguesia, seria justo que os senhores membros da AM que faziam parte dos partidos políticos que estavam no Governo, a nível Central tentassem influenciar os parceiros no sentido de dotarem as juntas de freguesia de autonomia financeira. Em vez de transferirem uns escassos euros para as juntas de freguesia, que transferissem verbas suficientes por forma a que não tivessem necessidade de recorrer a financiamento municipal, financiamento esse que a CM também saberia aplicar noutras infraestruturas.

Terminou, frisando que o financiamento municipal, para algumas das freguesias, era cinco, seis vezes superior àquilo que recebiam, anualmente, do FEF.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, zero votos de abstenção e setenta votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

**PONTO 4.2.5 - Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a respetiva Avaliação a 31 de dezembro de 2018.**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

## **“I - CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezassete de abril do ano de dois mil e dezanove, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva e Miguel José Abrunhosa Martins, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

### **“INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E A RESPETIVA AVALIAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pela Divisão de Administração Financeira:

“A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013 – Regime Jurídico das Autarquias Locais – na atual redação, preconiza na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, que compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Estabelece a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I, da referida Lei n.º 75/2013, que compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação.

De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – na atual redação, as autarquias locais têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos.

O n.º 1 do artigo 74.º da aludida Lei n.º 73/2013, estabelece que o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o

conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais.

O inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e sua avaliação, encontra-se arquivado nos respetivos processos e registado na aplicação de “Património – Gestão de Imobilizado” do município de Bragança.

Não obstante o atrás referido encontra-se a decorrer o processo de levantamento e conciliação do património imobiliário patente nos registos da Administração Tributária, nas inscrições da Conservatória do Registo Predial e no inventário contabilístico.

O mapa relativo ao inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e sua avaliação a 31 de dezembro de 2018 foi previamente distribuído aos Senhores Vereadores, ficando o documento original arquivado no respetivo serviço.

Em face do acima exposto propõe-se que, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aprove o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e sua avaliação e que o mesmo seja submetido para apreciação da Assembleia Municipal.”

Deliberado, com quatro votos a favor dos Srs. Presidente, e Vereadores, Paulo Xavier, Fernanda Silva e Miguel Abrunhosa, e uma abstenção do Sr. Vereador, Carlos Guerra, aprovar o documento do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e sua avaliação.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter para apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.

#### **Declaração de voto apresentada pelo Sr. Vereador, Carlos Guerra**

“Antes de mais importa referir que, em causa, está um documento de natureza eminentemente técnico, de natureza contabilística, com extração e cunho político diminuto, referente ao exercício de consolidação de contas, que foi objeto de parecer e relatório de gestão, com certificação dos mesmos, por um Revisor Oficial de Contas, de acordo com os princípios e normas contabilísticas e de controlo interno vigentes, e

com respeito pelos princípios da verdade e sinceridade das demonstrações financeiras e integralidade das transações subjacentes, razão pela qual não existem fundamentos pertinentes que ponham em causa a demonstração de resultados apresentada.

Não significa isto que deixaremos de registar alguns factos motivadores de apreensão, e que, resumidamente, se elencam nos seguintes termos:

Replicamos "*ipsis verbis*" o referido no ponto anterior da declaração de voto quanto ao ponto anterior, e de novo:

No que se refere ao Inventário e respetiva avaliação do património imobiliário e das infraestruturas do Município cuja aquisição é anterior a 2002, e cita-se do Relatório de Gestão "*...as análises efetuadas não permitem concluir que o património se encontre integralmente registado, facto que implicaria, por montante não possível de determinar, o acréscimo dos ativos, dos fundos patrimoniais e correspondentes custos do exercido. Deste modo, não nos podemos pronunciar e não nos pronunciamos quanto aos efeitos destas situações nos ativos, passivos, fundos próprios e resultados do período.*"

Tal excerto do relatório de gestão constitui base para opinião com reservas do revisor oficial de contas, devendo esta situação ser ultrapassada tão depressa quanto possível, a fim de podermos dispor de um instrumento de gestão económico-financeira eficiente e completo e permitir o conhecimento total do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais, o que no caso presente se encontra prejudicado.

Neste sentido, A Vereação eleita pelo Partido Socialista apresenta voto de Abstenção."

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 17 de abril de 2019.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

## II – Anexo III

Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação a 31 de dezembro de 2018”

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, quinze votos de abstenção e cinquenta e seis votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.**

**Declaração de voto** da membro Fátima Bento (CDU) – “Concordando com a análise dos auditores ao documento que também nos foi fornecido, isto é, não sendo possível determinar o valor exato e integral do património, teremos que nos abster.”

**PONTO 4.2.6 - Proposta de Protocolo de Cooperação entre a Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa (ACBRM) e os seis Municípios do Solar da Raça Bovina Mirandesa, para realização do Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa para os anos de 2019 a 2024.**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

### “CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE BOVINOS DE RAÇA MIRANDESA (ACBRM) E OS SEIS MUNICÍPIOS**

## **DO SOLAR DA RAÇA BOVINA MIRANDESA, PARA REALIZAÇÃO DO CONCURSO NACIONAL DE BOVINOS DE RAÇA MIRANDESA PARA OS ANOS DE 2019 A 2024**

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Promoção Económica e Turismo:

“Considerando a importância da raça bovina mirandesa para a economia regional e considerando que a realização de um Concurso Nacional, a realizar rotativamente pelos seis Municípios do respetivo solar, é uma peça fulcral na estratégia de conservação e melhoramento da raça;

Considerando também que os Concursos realizados nos últimos dezoito anos, com a parceria da ACBRM e dos seis Municípios, agora envolvidos, foram um sucesso em termos de divulgação da raça e da região, bem como dos seus produtos, pelo País e pelo Estrangeiro;

Considerando ainda o disposto na reunião de 14 de novembro de 2018, na sede da Cooperativa Agropecuária Mirandesa CRL, em Vimioso, entre a direção da ACBRM e os representantes dos seis Municípios do Solar da Raça;

Considerando que a competência para autorizar a atribuição dos apoios é da Câmara Municipal conforme o estipulado na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

É presente a seguinte proposta de Protocolo de Cooperação entre:

A Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa, doravante designada abreviadamente por ACBRM, com sede no Posto Zootécnico de Malhadas, 5210-150 MALHADAS, com o NIF 502378760, representada por João Batista Morgado Choupina, na qualidade de Presidente da Direção,

O Município de Bragança, com sede no Forte São João de Deus, 5300-263 BRAGANÇA, com o NIF 506215547, representado por Dr. Hernâni Dinis Venâncio Dias, Presidente da respetiva Câmara Municipal,

O Município de Macedo de Cavaleiros, com sede no Jardim 1.º de Maio, 5340-218 MACEDO DE CAVALEIROS, com o NIF 506697339, representado por D. Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, Presidente da respetiva Câmara Municipal,

O Município de Miranda do Douro, com sede no Largo D. João III, 5210-190 MIRANDA DO DOURO, com o NIF 506806898, representado por Dr. Artur Manuel Rodrigues Nunes, Presidente da respetiva Câmara Municipal,

O Município de Mogadouro, com sede no Largo do Convento de São Francisco, 5200-244 MOGADOURO, NIF 506851168, por Dr. Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, Presidente da respetiva Câmara Municipal,

O Município de Vimioso, com sede na Praça Eduardo Coelho, 5230-315 VIMIOSO, com o NIF 506627888, representado por António Jorge Fidalgo Martins, Dr., Presidente da respetiva Câmara Municipal,

O Município de Vinhais, com sede na Rua das Freiras n.º 13, 5320-326 VINHAIS, com o NIF 501156003, representado por Dr. Luís dos Santos Fernandes, Presidente da respetiva Câmara Municipal

E que se regerá pelas seguintes cláusulas:

#### **Cláusula 1.ª – Objetivos**

1. Realizar um Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa, de ora em diante designado abreviadamente CN, que promova e valorize, não só a raça e os seus produtos, mas também a região, e em especial os Concelhos que cooperam no evento;

2. O CN tem também por missão permitir a partilha de experiências e práticas agrícolas e pecuárias entre criadores de Concelhos diferentes, e bem assim, a união e o convívio, necessário e salutar entre eles, e entre estes e os representantes das múltiplas Instituições que se farão representar;

3. Articular o CN com cada um dos Concursos Concelhios, no sentido de se valorizarem mutuamente; para conseguir tal desiderato, o CN realizar-se-á depois de todos os Concursos Concelhios, tendo lugar no último fim de semana de Agosto ou no primeiro fim de semana de Setembro;

4. É objetivo promover a participação mínima de 150 animais;
5. É objetivo promover a participação dos melhores exemplares da raça;
6. É objetivo também que seja competitivo, tendo, para tal, que valorizar os animais com melhor classificação, compensando os seus detentores;
7. O CN terá a duração efetiva de 2 dias. Acontecendo a admissão dos animais no período da tarde do primeiro dia (sexta feira) e o concurso pecuário propriamente dito no dia e meio seguinte (sábado e domingo no período da manhã).

#### **Cláusula 2.ª – Meios**

1. Cada um dos Municípios transferirá para a conta da ACBRM, até uma semana antes do início do CN, a verba acordada, de 7 500,00€;
2. O Município que em cada ano acolhe o evento, fornece ou coloca à disposição da ACBRM, meios, materiais e humanos, de apoio logístico de preparação e montagem de infra-estruturas, para a normal realização do CN; em concreto: montagem das baias, do redondel, do palco, descarregadouros, pontos de água e de luz, serviço de Internet, colocação de cobertura, que poderá ser de rede em caso de tempo não chuvoso, e ainda disponibilizar um espaço destinado às refeições e ao almoço de encerramento;
3. A ACBRM assume a responsabilidade da organização funcional do CN, da sua promoção e do remanescente de despesa não coberta pelos Municípios.

#### **Cláusula 3.ª - Orgânica e Estrutura**

1. O CN subdivide-se em três unidades diferenciadas, mas complementares: O “Concurso Principal, com 12 Secções para classificação”, as “Lutas de Touros” e o “Concurso Melhor Exploração de Raça Mirandesa”;
2. Os Regulamentos para cada uma das subunidades serão facultados aos Municípios até final de Julho de cada ano, logo que aprovados (ou se necessário, em fase de aprovação) pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária.

#### **Cláusula 4.ª – Orçamentação**

1. Concurso Principal, incluindo ajudas de custo e prémios aos criadores, refeições, publicidade, publicações, promoção, montagem das infraestruturas, ajudas de custo a jurados e imprevistos: 50 500,00 €

2. Lutas de Touros: 3 000,00 €

3. Concurso Melhor Exploração – 6 500,00 €

Total Orçamento Previsional – 60 000,00 €

#### **Cláusula 5.ª – Admissão de animais e conexão do CN com os Concursos Concelhios**

1. São admitidos ao CN animais de todo o Território nacional;

2. Os animais oriundos do Solar da Raça, dos Concelhos onde seja realizado o Concurso Concelhio respetivo, terão de ter passado no crivo do mesmo, ou seja, não podem ter sido desclassificados por taras, defeitos ou valor morfológico sofrível;

3. Nos Concelhos do Solar onde se realize Concurso Concelhio, o regulamento do mesmo deve introduzir um artigo onde torne obrigatória a presença, no CN, dos primeiros classificados de cada uma das secções – os vencedores de cada secção;

4. Os animais que não tenham sido avaliados e aprovados, em Concurso Concelhio, por falta deste, serão objeto de uma avaliação morfológica, pré-seleção a ser realizada pelo secretário técnico do livro da raça.

#### **Cláusula 6.ª – Apuramento dos Resultados dos Concursos**

1. Para o Concurso Principal serão nomeados Jurados, Técnicos e Criadores, submetidos a homologação por parte da Direção Geral de Alimentação e Veterinária que apreciarão o mérito morfológico dos bovinos presentes e aceites a concurso, com a supervisão do secretário técnico, que será o guardião do regulamento. Para as secções de vacas com idade igual ou superior a 5 anos entrará no cálculo do valor final, e respetiva classificação, também o seu mérito funcional, valendo este 30% e o mérito morfológico 70%.

2. Para as Lutas de Touros será também nomeado um júri de 3 elementos, coadjuvados pelo secretário técnico do livro, que avaliarão, para além do tempo de duração, a espetacularidade da luta, sendo selecionadas para prémio as melhores cinco.

3. Para o Concurso Melhor Exploração, dado tratar-se de apreciação de dados estatísticos, o apuramento dos resultados será feito pelo secretário técnico, e enviado a cada um dos concorrentes, que terá direito a recurso, mediante o regulamento previamente publicado e enviado a todos os criadores.

### **Cláusula 7.ª – Cláusula final – da transparência**

Nos trinta dias subsequentes à realização do CN, as Câmaras Municipais receberão, da parte da ACBRM, um relatório detalhado da despesa efetuada com a realização do mesmo.

Nesta conformidade, propõe-se a aprovação da referida proposta de Protocolo de Cooperação e a atribuição pelo Município de um apoio financeiro anual de 7.500,00€/ano, para os anos 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, totalizando o valor global de 45.000,00€ (Proposta de cabimentação n.º 481/2019), à Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa, através da rubrica 0401/040701, com dotação atual de 12 500,00€, sendo os Fundos Disponíveis à data de 695.601,28€.

Considerando que se trata de uma despesa plurianual, propõem-se que a presente proposta seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o referido Protocolo de Colaboração, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 17 de abril de 2019.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

**Solicitaram esclarecimentos** os membros Dinis Costa (PS) e Fátima Bento (CDU).

**Dinis Costa** – Referiu que, no exercício das suas funções, os membros do PS não tinham capacidade para analisar e fazer o enquadramento de tais questões, pelo que seria útil que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse o porquê, e em que circunstâncias, do Município também integrar o protocolo, quais os custos da intervenção, qual a relevância do protocolo e como se enquadrava com o apoio dado aos criadores do município.

**Fátima Bento** – Questionou o Sr. Presidente da Câmara no sentido de saber se os serviços camarários haviam realizado algum tipo de estudo/avaliação ao impacto que a medida tinha, dado que o objetivo era a Raça Mirandesa, os produtos da região, no sentido de, eventualmente, se verificar a necessidade de introdução de medidas para melhoramento do processo.

**O Sr. Presidente da Câmara**, respondendo às questões que lhe foram formuladas, referiu que este protocolo vinha sendo celebrado há vários anos, desde a criação do Solar da Raça Mirandesa, integrando seis municípios, os quais haviam acordado contribuir com uma verba, dado ser uma raça autóctone, com a qualidade reconhecida nacional e internacionalmente, para a expansão da raça e para apoiar as iniciativas organizadas pela Associação, nomeadamente o concurso nacional e alguns concursos concelhios, os quais tinham como objetivo premiar os melhores exemplares para darem seguimento à raça. Referiu, ainda, que o protocolo agora proposto era de 45 mil euros, no período de seis anos, para investimento na promoção da Raça Mirandesa e promoção do território onde a raça se criava.

Quanto à medição do impacto, referiu que havia impactos positivos, os que resultavam da valorização da carne no mercado nacional e internacional e que a Associação ficava capacitada para resolver eventuais necessidades específicas dos animais, evitando prejuízos para os criadores.

**Para intervenção**, usou da palavra o **membro Manuel Gonçalves (PSD)**, o qual felicitou a Câmara Municipal pela sua atitude dinâmica, compreensiva e apertidária para com as juntas de freguesia, atitude essa não imposta pela lei, bem como pelo facto de ter

apresentado na Assembleia Municipal a proposta constante no ponto em discussão, porque se tratava de um assunto relevante para o desenvolvimento da economia.

Frisou que era incorreto o que havia sido anteriormente dito por alguns dos srs. membros, sobre os apoios às freguesias, porque o importante era a recuperação da economia.

Frisou, também, a culpa do PNM relativamente ao forte bloqueio à atividade económica, dado que, em algumas zonas, como Aveleda, Rabal, na alta Lombada, etc., dificultava o licenciamento de vacarias, curriças, etc., pondo, assim, em causa, o desenvolvimento económico da região.

Terminou, sugerindo ao Sr. Presidente da Câmara uma aliança com a Raça espanhola de Aliste, dado que, em termos de carnes, a Raça Mirandesa e a Raça de Aliste estavam situadas no mesmo Planalto.

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, setenta membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

### **PONTO 4.3 - Discussão e tomada de conhecimento das seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**

#### **PONTO 4.3.1 - Certificação Legal e Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as Contas do ano de 2018.**

#### **“I - CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezassete de abril do ano de dois mil e dezanove, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra, Fernanda Maria

Fernandes Morais Vaz Silva e Miguel José Abrunhosa Martins, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE AS CONTAS DO ANO DE 2018**

Pelo Sr. Presidente foi presente, para tomada de conhecimento, a Certificação Legal de Contas do ano de 2018, bem como o relatório e parecer sobre as mesmas, previamente distribuídos aos Senhores Vereadores, apresentados pela empresa de auditoria externa, Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido na alínea e), do n.º 2, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais.

Assim, propõe-se, e para efeitos do estabelecido do n.º 3, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que sejam submetidos para apreciação da Assembleia Municipal.

O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º, e n.º 3 do artigo 76.º do referido diploma, remete os documentos à Assembleia Municipal para apreciação.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 17 de abril de 2019

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

**II – Anexo IV**

Certificação Legal de Contas – Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras”

**Tomado conhecimento.**

**PONTO 4.3.2 - Auditoria externa às contas do Município de Bragança – Relatório do auditor externo sobre a situação económica e financeira relativa ao 2.º semestre de 2018.**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

**“I - CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezassete de abril do ano de dois mil e dezanove, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva e Miguel José Abrunhosa Martins, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA RELATIVA AO 2.º SEMESTRE DE 2018**

Pelo Sr. Presidente foi presente, para tomada de conhecimento, o Relatório de Análise Económico – Financeira do 2.º semestre do ano de 2018, previamente distribuído aos Senhores Vereadores, elaborado pela empresa de auditoria externa, Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido da alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Assim, propõe-se que o referido documento seja remetido à Assembleia Municipal.

O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º do referido diploma, remete o documento, informativo,

à Assembleia Municipal, sobre a situação económica e financeira reportada ao 2.º semestre de 2018.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticado com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 17 de abril de 2019

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

## **II – Anexo V**

Relatório do Audito Externo sobre a informação financeira do 2.º semestre de 2018”

### **Tomado conhecimento.**

**PONTO 4.3.3 - Isenções totais ou parciais relativamente a impostos e a outros tributos próprios (n.º 2, art.º 16.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09) no âmbito da autorização genérica conforme deliberação da Assembleia Municipal em sessão de 15 de dezembro de 2017.**

### **“ I - CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que nas Atas das Reuniões Ordinárias desta Câmara Municipal, realizadas nos dias vinte e cinco de fevereiro; e onze de março; do ano de dois mil e dezanove, devidamente aprovadas, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno e Olga Marília Fernandes Pais, se encontram as deliberações, referentes às Propostas de Isenção ou Redução de Pagamento de Taxas para o ano de 2019, constantes do mapa anexo.

Mais certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e dezanove, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira, Miguel José Abrunhosa Martins, Nuno da Câmara

Cabral Cid Moreno e Olga Marília Fernandes Pais, se encontram as deliberações, referentes às Propostas de Isenção ou Redução de Pagamento de Taxas para o ano de 2019, constantes do mapa anexo.

Ainda certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia oito de abril, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Alves de Oliveira Guerra, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno e Olga Marília Fernandes Pais, se encontram as deliberações, referentes às Propostas de Isenção ou Redução de Pagamento de Taxas para o ano de 2019, constantes do mapa anexo.

Considerando a autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal, em Sessão de 30 de novembro de 2018, com limites à concessão de isenção ou redução do pagamento de taxas para o ano de 2018 e para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dá-se conhecimento à Exma. Assembleia Municipal.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 17 de abril de 2019.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

## **II – Anexo VI**

Listagem”

**Tomado conhecimento.**

**PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a**

**A – Assembleia:**

**I – PRESENCAS**

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

## 1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

1.º Secretário – João Adriano Rodrigues

2.ª Secretária – Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro

## 2 – DEPUTADOS

José Alberto Moutinho Moreno

Isabel Maria Lopes

Júlio da Costa Carvalho

António Eduardo Fernandes Malhão

Filipe Osório Caldas

Jorge Manuel Pinto da Silva Ferreira

Manuel Fernando Afonso Gonçalves

Maria Isabel Barreiro Ribeiro

Manuel Norberto Trindade

Luís Aníbal Rodrigues Martins

Natividade de Lurdes Gonçalves

Maria Cristina Ramos Raposo Preto

Hugo Miguel de Lima Afonso Mesquita Trigo

Fernando Manuel Gomes Alves

Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso

João Manuel Dias Sardinha

Rui Miguel Borges Pires

António Manuel Afonso Pires \*

Alcino António Afonso Pilão \*

#### **PARTIDO SOCIALISTA**

Luís Manuel Silvestre

Maria de Fátima Renovato Veloso

Alfredo Jorge Costa Teixeira

Dinis Manuel Prata Costa

Adélia de Lurdes Rodrigues Sendas Melgo

Altino Telmo Gonçalves Afonso

António Eugénio Gonçalves Mota

Maria Idalina Alves de Brito

Armindo Augusto Lopes

Luís Avelino Guimarães Dias

Paulo Daniel Oliveira Lopes

Normando dos Santos Lima \*

#### **BLOCO DE ESQUERDA**

António Cândido Anes

Catarina Isabel Carvalho Ferraz Assis

#### **CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/PARTIDO POPULAR**

João Manuel Saldanha

#### **COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (PCP-PEV)**

Fátima da Conceição Borges Bento \*

#### **PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA / UNIÕES DAS FREGUESIAS**

**Alfaião** – António Manuel Teixeira Baptista (PPD/PSD)

**UF-Aveleda e Rio de Onor** – Mário Francisco Gomes (PPD/PSD)

**Babe** – Alberto Manuel de Sousa Pais (PPD/PSD)

**Baçal** – Luís Filipe Pires de Carvalho (PPD/PSD)

**Carragosa** – Élio Manuel Moreira Garcia Vaz (PS)

**UF-Castrelos e Carrazedo** – César Luís Gonçalves (PPD/PSD)

**Castro de Avelãs** – João António da Silva Rodrigues (PPD/PSD)

**Coelhoso** – Paulo Manuel Almeida da Veiga (PPD/PSD)

**Donai** – Manuel José Mesquita Rodrigues (PPD/PSD)

**Espinhosela** – Octávio Manuel Alves Reis (PPD/PSD)

**França** – Carlos Manuel Afonso Pires

**Gimonde** – António Manuel Choupina Assares (PPD/PSD)

**Gondesende** – Augusto David Afonso Pires

**Gostei** – Rui Jorge Gonçalves Martins (PPD/PSD) \*\*

**Grijó de Parada** – Elisabete de Jesus Rodrigues Geraldos dos Santos (PS)

**UF- Izedo, Calvelhe e Paradinha Nova** – Luís Filipe Pires Fernandes (PS)

**Macedo de Mato** – Manuel Augusto Crisóstomo (PPD/PSD)

**Mós** – Anabela Afonso Pereira Rodrigues (PPD/PSD)

**Nogueira** – António Augusto de Vila Araújo (PPD/PSD)

**UF- Parada e Failde** – Sandra Manuela Rodrigues Afonso (PPD/PSD)

**Parâmio** – Nuno Miguel Martins Diz (PS)

**Pinela** – Alex Olivier Alves Rodrigues (PPD/PSD)

**Quintanilha** – Henrique António Fernandes (PS)

**Quintela de Lapaças** – Miguel Francisco Pinto (PPD/PSD)

**Rabal** – Jaime Rodrigues Loureiro (PPD/PSD)

**UF- Rebordainhos e Pombares** – Albino Alves Rodrigo (PPD/PSD)

**Rebordãos** – Adriano Augusto Correia Rodrigues (PPD/PSD)

**UF- Rio Frio e Milhão** – Adriano Augusto Ferreira (PPD/PSD)

**Salsas** – Pedro Miguel Ramos Zoio (PPD/PSD)

**Santa Comba de Rossas** – Luís Filipe Verdelho Paula (PPD/PSD)

**UF – São Julião de Palácios e Deilão** – Altino Francisco Pereira Pires (PPD/PSD)

**São Pedro de Sarracenos** – Humberto José dos Santos (PPD/PSD)

**UF- Sé, Santa Maria e Meixedo** – Telmo Ramiro Prada Afonso (PPD/PSD)

**Sendas** – Dinis Augusto Dias Pinela (PSD)

Serapicos – Rui Fernando Pires Caetano (PSD)

**Sortes** – Juvêncio Alves de Carvalho (PPD/PSD)

**Zoio** – Hélder Jorge dos Santos (PPD/PSD)

## II – FALTAS

### PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Vitor Emanuel Ladeira Dias

Paulo Rafael Nogueiro Preto

### PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

**Outeiro** – César Augusto Garrido (PPD/PSD) - Justificada

(\*) – Membro suplente

(\*\*) - Substituto

## B - CÂMARA

## PRESENCAS

Presidente – Hernâni Dinis Venâncio Dias

Vereadores: Paulo Jorge Almendra Xavier

Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra

Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva

Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno

Olga Marília Fernandes Pais

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, às quinze horas e cinquenta minutos, e, do que nela se passou, se lavrou a presente ata que, depois de achada conforme, vai ser presente, para discussão e votação, na 3.<sup>a</sup> sessão ordinária da AM do ano de 2019, a realizar no dia 26 de junho de 2019, e vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

Luís Manuel Madureira Afonso (Presidente) \_\_\_\_\_

João Adriano Rodrigues (Primeiro Secretário) \_\_\_\_\_

Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro (Segunda Secretária) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Os anexos encontram-se arquivados junto da ata original, arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.